

Universidade Federal do Maranhão
Centro de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Mestrado em Ciências Sociais

SÓ VIVO DA PESCA: Estratégias de reprodução de famílias camponesas
no meio urbano – entre Alcântara e São Luís, Maranhão
Maria Suely Dias Cardoso

São Luís
2008

MARIA SUELY DIAS CARDOSO

SÓ VIVO DA PESCA: Estratégias de reprodução de famílias camponesas no meio urbano – entre Alcântara e São Luís, Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maristela de Paula Andrade

São Luís
2008

*SÓ VIVO DA PESCA: Estratégias de reprodução de famílias camponesas
no meio urbano – entre Alcântara e São Luís, Maranhão*

Maria Suely Dias Cardoso

Aprovada em ___/___/2008

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr^a. Maristela de Paula Andrade - Orientadora
Antropóloga – UFMA

Prof. Dr. Benedito Souza Filho – UFMA
Antropólogo

Prof. Dr. Flávio Leonel da Silveira – UFPA
Antropólogo

À memória do querido amigo Flávio Pereira Silva, o Flavão.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar aqui.

Aos moradores de Santana de Caboclos, pela convivência carinhosa, o aprendizado e as amizades conquistadas. Não citarei seus nomes para não cometer o risco de esquecer alguém.

Ao senhor Catarino, a sua esposa Ana Maria, seus filhos Amária, Edmária e Carleilson, a sua irmã Edileusa e o sobrinho Steeve, por me permitirem entrar nas suas vidas de maneira tão generosa e espontânea.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, por me guiarem em mais essa etapa nas Ciências Sociais.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e funcionários, que deram suporte às várias atividades realizadas que favoreceram direta ou indiretamente esse trabalho.

À minha orientadora, professora Maristela Andrade, a minha admiração pelos ensinamentos valiosos, pela disposição e carinho ao orientar-me, pela solidariedade e por contribuir enormemente para as reflexões aqui apresentadas.

Aos professores Horácio Antunes, Ednalva, Carlão, Sandra, Ferretti e Beta, pelos ensinamentos e solidariedade prestada.

Ao professor Biné Souza, pela disposição em compartilhar seus conhecimentos e por sua solidariedade.

Ao professor Flávio Leonel, pelo carinho ao aceitar este convite e contribuir com minha formação.

Aos colegas de turma, especialmente Flávia Moura e Ana Tereza pela amizade conquistada.

Aos colegas que passaram ou ainda estão no GERUR, pelas experiências compartilhadas, especialmente Lindimberge, Rafael Gaspar (transcreveu entrevistas), Carol, Cláudia, Cássia Benedita (transcreveu entrevistas), Bartolomeu e Antonio Marcos e Marcela.

À Carlos Aparecido Fernandes, o Carlinhos, pelas valiosas contribuições e estímulos recebidos.

Aos meus pais, Cacilda e Manoel por terem me proporcionado chegar à universidade.

Aos meus filhos, Caroline e Henrique por suportarem e compreenderem as muitas ausências maternas.

Ao amado companheiro Roberto K-zau pela convivência amorosa e pelo incentivo dado em todos os momentos da minha vida.

À minha família, especialmente meus sobrinhos Bruno, Cauê, Guilherme, Júlia, Rafael, Saulo e Sofia, que não me negaram amor e carinho, apesar das minhas ausências.

Às amigas de longa convivência Ruthiane, Regina e Silvianete, apesar da distância no momento atual.

Aos colegas de trabalho pelo incentivo e à COOSPAT pelo apoio irrestrito.

Aos companheiros Hélio Henrique, o Capim, Sandra, Jane Carla e Norma pelo apoio e incentivo.

À FAPEMA, pelo apoio parcial no primeiro ano.

E aos que não estão citados aqui por algum lapso, que contribuíram de alguma forma para a concretização do presente trabalho, o meu agradecimento.

Ao contrário da maioria dos leitores, conheço os Nuer e devo julgar meu trabalho com maior severidade do que eles, e posso afirmar que, se este livro revela muitas insuficiências, estou espantado que ele tenha chegado a surgir. Um homem deve dificuldades que suportou, e, por tais padrões, não fico envergonhado dos resultados. (E.E. EVANS-PRITCHARD, 2002; p.15)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é a tentativa de compreensão das relações que se estabelecem entre famílias oriundas do território étnico de Alcântara, hoje, estabelecidas em bairros periféricos da capital do estado do Maranhão, que constituíram, historicamente, uma rede de relações sociais entre membros de famílias camponesas de diversos povoados, por meio de uma movimentação com estratégias particulares que devem ser assinaladas, a meu ver, como parte daquelas de manutenção e reprodução desses grupos étnicos. Pretendi, a partir de um caso – uma unidade familiar - verificar, assim, que estratégias estão sendo acionadas para sua reprodução no meio urbano e que rede de relações sociais são mantidas com os parentes que permanecem no interior, caracterizando-as como uma rede identitária que atravessa a forma de organização social desses agentes sociais na capital e no interior.

Palavras-Chave: Territórios étnicos; rede de relações sociais; camponeses; grupos étnicos; estratégias

ABSTRACT

The objective of this work is the attempt of understanding of the relations that if establish between families deriving of the ethnic territory of Alcântara, today, established in outskirts of the capital of the state of the Maranhão, that, historically, had constituted a network of social relations between members of peasant families of diverse villages, by means of a movement with particular strategies that must be designated, in my opinion, as part of those of maintenance and reproduction of these ethnic groups. I intended, from a case - a family unit - to verify, thus, that strategies are being set in motion for its reproduction in the urban way and that network of social relations is kept with the relatives who remain in the country side, characterizing them as a identity network that crosses the form of social organization of these social agents in the capital and in the country side.

Key-Words: Ethnic territories; social relations network; peasants; ethnic groups; strategies

LISTA DE SIGLAS

AEB – Agência Espacial Brasileira

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ATECH/ASC – Alcântara Ciclone Space

CLA – Centro de Lançamento de Alcântara

CG-FUMPH – Coordenador Geral - Fundação Municipal de Patrimônio Histórico

GERUR – Grupo de Estudos Rurais e Urbanos

GEI – Grupo Executivo Interministerial

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MOMTRA – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

SBPC – Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 -	Seu Catarino consertando a rede de pescar	25
Foto 2 -	Seu Bié, meu mediador	31
Foto 3 -	Embarcação chegando no porto	32
Foto 4 -	Embarcação se preparando para atracar	34
Foto 5 -	Ana Maria e as filhas	49
Foto 6 -	Catarino, o filho e um amigo de Santana	49
Foto 7 -	Vista parcial do rio Anil	54
Foto 8 -	Rua dos Veleiros	59
Foto 9 -	Quintal da casa	60
Foto 10 -	Amária, Edmária e Vanessa	60
Foto 11 -	Porto da rua dos veleiros	62
Foto 12 -	Vista do rio Anil	63
Foto 13 -	Desembarque	63
Foto 14 -	Tá na hora de vender o peixe	65
Figura 1 -	Vista parcial da Camboa	55
Gráfico 1 -	Área de palafita do bairro da Camboa: porcentagem populacional por ano de chegada	46
Mapa 1 -	Mapa do Município de Alcântara	16
Mapa 2 -	Área de concentração dos portos em São Luís	42
Quadro 1 -	Unidade Familiar de Catarino Ferreira	50
Quadro 2 -	Parentes de Catarino Ferreira	51
Quadro 3 -	Movimento de vinda dos parentes do interior para São Luís	72
Quadro 4 -	Movimento de ida dos que residem em São Luís para o interior	72

*As fotos são da autora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Antecedentes da pesquisa	13
1.2	A temática da investigação e a construção do objeto	21
1.3	Sobre o trabalho de campo	22
1.4	Estado da arte	32
2	APRESENTANDO A FAMÍLIA ESTUDADA	49
2.1	Camboa – bairro de residência dos Ferreira em São Luís	54
2.2	A casa, a rua e o <i>igarapé</i>	58
2.3	Saindo do <i>centro</i> para a <i>beira</i>: de Santana de Caboclos à Camboa	64
3	AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DA FAMÍLIA	68
3.1	Organização produtiva	73
3.2	As formas de viver em Santana de Caboclos e na Camboa	78
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
	REFERÊNCIAS	84

APRESENTAÇÃO

Este trabalho está estruturado em três partes, a Introdução, que traz o relato dos antecedentes da pesquisa, no qual exponho as condições nas quais foram realizadas a pesquisa, as reflexões acerca da construção do objeto, mediante as condições dadas, a temática que envolve o objeto da investigação e seu objetivo, em seguida apresento o estado da arte, no qual trago para o leitor as contribuições dos estudos vinculados à temática proposta - as relações sociais existentes entre grupos camponeses de Alcântara e a cidade de São Luís. Essa primeira parte se encerra com o item que trata do desenvolvimento do trabalho de campo, no qual procedo a uma descrição, trazendo as inquietações diante dessa empreitada. Na segunda parte, apresento a família estudada, sua origem, localização geográfica e sociológica; na terceira parte, exponho as estratégias de reprodução do grupo social em questão, suas atividades econômicas, trazendo à tona as formas de viver de uma família camponesa alcantareense no meio urbano de São Luís, Maranhão. Na quarta parte expresso as conclusões da pesquisa.

1 – INTRODUÇÃO

1.1 Antecedentes da pesquisa

As condições para a realização desta pesquisa vêm acompanhadas de um percurso permeado por um estado de saúde com limitações físicas que impediram a realização de tarefas próprias à realização do mestrado como, escrever, ler, digitar e, conforme o objetivo inicial da pesquisa exigia, viajar para campo, culminando no trancamento do Curso e adiando um projeto pessoal. Essas limitações foram ocasionadas por uma patologia chamada tendinite, associada à outra, uma tendinopatia, nos dois ombros, causando dores fortes e imobilização dos braços e mãos, levando à imobilização completa desses membros. Daí, a necessidade da realização de duas intervenções cirúrgicas severas, exigindo um tempo longo de tratamento para recuperação. A situação coincidiu com o período de aulas do mestrado, acompanhadas com muita dificuldade, culminando com o impedimento da realização da pesquisa de campo, decorrendo um ano até ser possível retomar as atividades previstas.

A proposta inicial do projeto para o Mestrado seria realizar uma pesquisa no povoado alcantareense denominado Santana de Caboclos – unidade de residência e trabalho de pescadores e agricultores com base no trabalho familiar – e, a princípio, em linhas gerais, trataria de uma etnografia acerca das classificações nativas que organizam seus sistemas de conhecimento e de apropriação dos recursos naturais. Tal empreitada, no entanto, exigiria de mim um esforço físico maior, principalmente com as viagens em estradas de difícil acesso, em meios de transportes desconfortáveis que porém, em situação normal de saúde do pesquisador, são perfeitamente toleráveis.

A necessidade de expor os pormenores da situação que envolve a investigação, nos momentos que antecedem a pesquisa de campo, não buscam justificar as falhas que certamente pairam sobre o trabalho, mas para ressaltar quão difícil é para um pesquisador que se vê irremediavelmente impossibilitado de realizar uma pesquisa na qual já tenha investido tempo e recursos. Contudo, o desejo de retomar, não somente para cumprir uma obrigação para com a academia, mas principalmente para alcançar um objetivo de vida, fez com que a busca por um novo objeto de estudo se refizesse. Para tanto, busquei realizar uma pesquisa sociológica que cumprisse as exigências de um trabalho científico, dentro do tempo determinado pelo mestrado, de acordo com as exigências pessoais de um trabalho bem feito e que pudesse contribuir, de alguma forma, para compreensão da realidade do grupo social tomado como objeto de estudo.

As condições esboçadas, porém, não se impuseram unicamente para a realização deste trabalho, mas e principalmente, o interesse pela temática se originou a partir da pesquisa intitulada “Produção de Alimentos e Cultura Alimentar: uma avaliação das formas de obtenção e consumo de alimentos em comunidades agro-extrativistas de Alcântara”¹. Esse trabalho me possibilitou a inserção no lugar denominado Santana de Caboclos, onde constatei a existência de vínculos e freqüentes relações sociais entre moradores do povoado e parentes seus residentes em São Luís.

No decorrer do trabalho de campo realizado no âmbito daquela pesquisa, era constante a referência dos informantes aos familiares que moram especialmente nos bairros da Camboa e Liberdade, permitindo pensar, como o fazem Silva (2005), Luz Silva (2007) e Andrade (2005), na existência de uma possível rede de relações sociais, entre esse segmento da população que transita entre o interior e a capital, percebida como parte das estratégias de reprodução dos camponeses, reconhecidos como grupos étnicos, referidos aqui nos termos de Barth (2000, p. 31) ao propor que *os grupos étnicos passem a ser vistos como uma forma de organização social*.

A temática está afinada com reflexões anteriores acerca dos padrões de obtenção de alimentos e cultura alimentar dos camponeses de Alcântara e, dentre elas, a que trata das relações travadas entre parentes que se encontram colocados na capital e os que permanecem nos povoados de origem. Privilegiei, assim, um grupo de camponeses² estabelecidos há séculos em Alcântara, ocupando um reconhecido território étnico (Almeida, 2002). Trata-se de grupos sociais que conquistaram o reconhecimento através do acionamento de uma identidade étnica, marcada pela noção ressemantizada de *quilombo*, a partir da Constituição Federal de 1988, Artigo 68 dos Atos das Disposições Transitórias – ADCT, que garante a titulação das suas terras. A noção de *quilombo* deve ser entendida no seu sentido ressemantizado e como afirma Almeida “é necessário que nos libertemos da definição

¹ Pesquisa realizada pelo GERUR – Grupo de Estudos Rurais e Urbanos, coordenado pelos professores Dr^a Maristela de Paula Andrade, Dr. Benedito Souza Filho e Dr. Horácio Antunes. A pesquisa desenrolou-se no período de março de 2004 a março de 2005.

A pesquisa apresentou como um dos resultados a edição do livro Fome de Farinha, organizado pelos professores Dr^a Maristela de Paula Andrade, Dr. Benedito Souza Filho e contou com a participação do professor Dr. Horácio Antunes e alunos da graduação do curso de Ciências Sociais e do Mestrado em Ciências Sociais da UFMA, além de integrantes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara – MOMTRA.

² Estou entendendo, genericamente, por camponeses, agricultores, pescadores, extrativistas que trabalham apoiados apenas no trabalho familiar e que se relacionam com os recursos naturais em sistema de uso comum, tal como estudado por diferentes autores (ALMEIDA, 2002; PAULA ANDRADE, 1999). No caso de Alcântara, esses grupos foram conceituados como *remanescentes de quilombos* e constituem o que Almeida denomina um *território étnico*, a partir de territorialidades distintas e específicas (ALMEIDA, 2002; SANTOS, 2003).

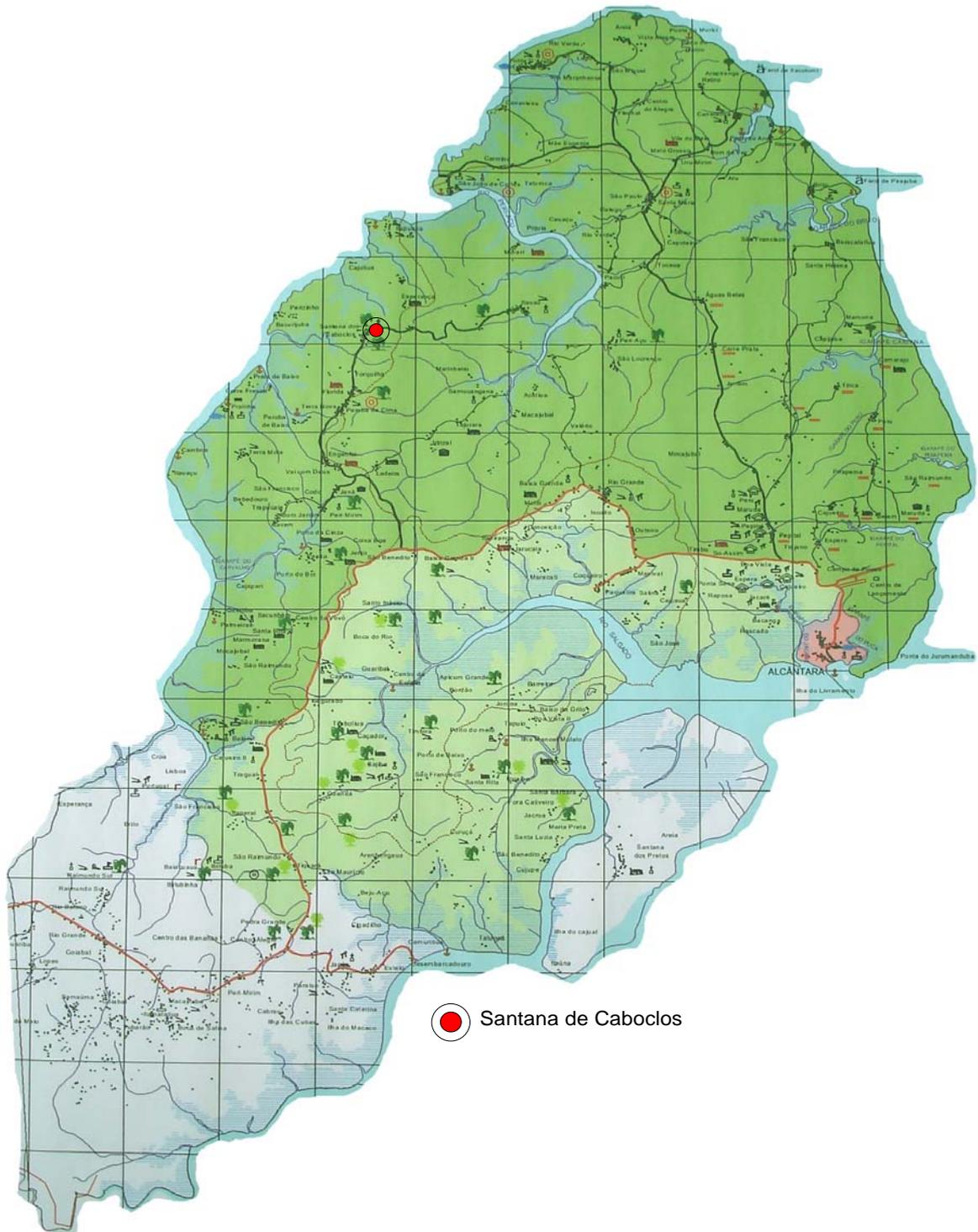
arqueológica”. (2002, p. 43). Os grupos sociais tributários do direito são classificados atualmente como *comunidades remanescentes de quilombos*, *comunidades quilombolas* e outras categorias correlatas (O'DWYER, 1995) e (PAULA ANDRADE, 2003).

Em Alcântara, porém, as também chamadas *comunidades quilombolas* têm sido alijadas dos seus direitos garantidos pelo Estado Brasileiro, o mesmo que lhe confere tais direitos não apenas com base no Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias e de outros artigos da Constituição de 1988, assim como de outros dispositivos jurídicos, como o Decreto 4887, além de tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Diante da resistência das famílias colocadas na faixa litorânea, onde a Agência Espacial Brasileira pretende instalar novos sítios de lançamento para serem alugados, assim como da movimentação de entidades de apoio a essas famílias, recentemente o governo federal optou por uma proposta de não relocar mais famílias, deixando-lhes “corredores” constituídos por reservas de territórios. Enquanto a Constituição Federal protege os direitos dos *remanescentes de quilombos*, via o Artigo 68 dos ADCT e o Decreto 4887, o governo federal, principalmente através do GEI – Grupo Executivo Interministerial para Alcântara, tenta impor aos atuais *quilombolas* uma regularização fundiária, com respectiva titulação coletiva, somente após a exclusão das áreas de interesse da AEB – Agência Espacial Brasileira. Diante desse impasse jurídico, até o momento, o território quilombola, reconhecido oficialmente a partir da elaboração de um laudo antropológico (ALMEIDA, 2002), não foi regularizado em nome das famílias dos 152 povoados que constituem o território étnico.

No início de 2008, a situação se agravou na comunidade de Mamuna, e seus representantes denunciaram a invasão da área pela empresa binacional brasileira-ucraniana Alcântara Ciclone Space (ASC). Segundo a agência de informação (Adital), a empresa está perfurando o solo, abrindo estradas, destruindo a mata nativa. Apesar de existir uma decisão judicial obrigando o INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária, a emitir o título das terras quilombolas de Alcântara, a decisão não é executada. Os professores Maristela de Paula Andrade e Benedito de Souza Filho da Universidade Federal do Maranhão têm acompanhado junto ao Ministério Público a situação.³

³ Disponível em: <<http://www.adital.com.br>>. Acesso em 25 jan.2008. JORNAL DA CIÊNCIA, da SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC) e PAULA ANDRADE, Maristela de e SOUZA FILHO, Benedito. Informação Técnica à Procuradoria da República no Maranhão, intitulada Impactos dos Trabalhos desenvolvidos pela ATECH/ACS sobre as populações tradicionais da região de Alcântara, Maranhão.



Mapa1: Mapa do Município de Alcântara Fonte: Almeida, 2002

Para objeto da presente pesquisa tratei especificamente de um grupo social que tem origem no povoado denominado Santana de Caboclos, integrante desse grande território étnico de Alcântara, no Maranhão.

A idéia inicial era contactar com o maior número de moradores do bairro que fossem oriundos de Santana, no entanto, com o prosseguimento da pesquisa, percebi que não seria possível dar conta dessa tarefa no tempo que dispunha para realização do mestrado. Sendo assim, procurei apoiar-me em Bourdieu quando diz ser necessário ao investigador principiante:

Ter em consideração, na definição do seu projecto, as condições reais da realização, quer dizer, os meios, sobretudo em tempo e em competências específicas, de que ele dispõe [em especial, a natureza da sua experiência social, a formação que recebeu] e também as possibilidades de acesso a informadores e a informações, a documentos ou a fontes, etc.” (BOURDIEU, 2000, p. 50)

Optei, então, por refletir a partir de um estudo de caso, que me possibilitasse apreender elementos e permitisse a análise de uma realidade mais abrangente acerca da situação sociológica escolhida, entendendo que esse modo de investigação torna possível generalizar uma situação particular a partir da identificação de traços que possam ser encontrados em outras situações.

No decorrer da pesquisa, as informações iniciais me levaram ao recorte do objeto, elegendo como referência empírica a unidade familiar do trabalhador Catarino Ferreira, morador do bairro da Camboa, em São Luís. O fato de esta família residir na mesma cidade que eu não exigiria da minha parte esforço maior ou recursos financeiros acima de minhas possibilidades, ressaltando que nesta etapa não contei com bolsa ou apoio de qualquer instituição.

A escolha dos interlocutores⁴ da pesquisa, está vinculada ao estudo anterior, já citado, no qual foi possível acumular algumas informações sobre o grupo de origem. Além disto, conforme já exposto acima, havia a facilidade de inserção.

O processo que levou à definição do projeto de pesquisa atual resultou de um emaranhado de incertezas teóricas e práticas no qual, a cada incursão a campo, as leituras eram substituídas, aprofundadas, bem como estratégias de abordagens também eram repensadas. Ao fazer o recorte da situação sociológica da qual tratei, algumas questões foram colocadas, como as minhas próprias representações acerca do objeto, caracterizadas por prenoções. Estas, seriam as que “*induzem a maneira de apreendê-lo [o objeto] e, por isso*

⁴ Termo que prefiro àquele outro, mais usualmente utilizado – *informantes* –, pois me sugere a interação que se estabelece entre pesquisado e pesquisador, em vez de uma situação passiva entre aquele que busca e aquele que “dá informações”.

mesmo, defini-lo e concebê-lo". (Lenoir, 1998, p. 61) e com Bourdieu, Passeron & Chamboredon:

As opiniões primeiras sobre os fatos sociais apresentam-se como uma coletânea falsamente sistematizada de julgamentos com uso alternativo. Essas prenoções, 'representações esquemáticas e sumárias' que são 'formadas pela prática e para ela', retiram sua evidência e 'autoridade', como observa Durkheim, das funções sociais que desempenham (2002, p. 23-24).

A construção do objeto, portanto, não se fez de imediato, como diz Bourdieu (2000), e requereu o que este autor e Bachelard (1996) chamam de vigilância epistemológica e ir contra os obstáculos verbais, numa tentativa de romper com as noções pré-estabelecidas. Neste sentido, logo deparei-me com um obstáculo verbal quanto ao termo *família* para tratar do objeto de investigação. Ao tentar pensar a situação que me propunha estudar, a partir das imagens que a palavra *família* me oferecia, vi-me ante uma limitação que obscureceu o entendimento do que buscava compreender. Em afirmação de Bachelard a esse respeito:

O acúmulo de imagens prejudica evidentemente a razão, no qual o lado concreto, apresentado sem prudência, impede a visão abstrata e nítida dos problemas reais (BACHELARD, 1996, p. 93).

Portanto, as imagens que pressupunha ao utilizar a palavra *família*, me impediam ter a clareza e o entendimento acerca da organização complexa na qual está inserido o grupo social privilegiado nesse estudo. Ultrapassado o obstáculo verbal inicial, todavia, pude aproximar-me da organização familiar do grupo, a partir das informações obtidas no campo e ancorada nas teorias referentes ao tema, especialmente ao tipo de família que se apresentou à pesquisa.

De fato, como demonstra Lenoir, a noção de *família* é dessas categorias que entrou para o inconsciente semântico do senso comum, levando o pesquisador a compartilhar, sem o saber, de um universo pré construído. Isto porque há uma universalidade dessa noção, de tal modo que, como indica Françoise Héritier, citada por Lenoir (1998, p. 73): "todo mundo sabe ou julga que sabe o que é a família na medida em que, inscrevendo-se de forma tão evidente na nossa prática cotidiana, ela aparece implicitamente a cada um como um fato natural e, por extensão, como um fato universal". Lenoir demonstra, no entanto, como a noção de *família*, ela mesma, é produto de um trabalho social:

Esse trabalho de construção da realidade social, segundo a expressão já consagrada atualmente, efetua-se e maniesta-se no próprio plano das palavras, sendo que estas contêm sempre uma visão do mundo. Com efeito, a linguagem é, como escreve Ernst Cassirer, não somente "um mediador na formação dos objetos", mas sobretudo um "condicionamento do comportamento", como foi sugerido de

maneira diferenciada por Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf. (Lenoir, 1998. p. 74).

O primeiro passo foi, portanto, problematizar a própria noção de família com a qual estava operando inicialmente. Tratava-se da unidade familiar de seu Catarino (ele, a esposa e filhos), que se encontrava em São Luís? Tratava-se da família extensa de seu Catarino, incluindo-se nela os parentes residentes em São Luís, como sua irmã, ou aqueles que haviam permanecido no povoado de origem – seus pais, irmãos, cunhados, tios, sobrinhos e outros consangüíneos mais próximos?

Para a prática de pesquisa foi necessário utilizar conceitos e métodos como ferramentas que, *arrancados do seu contexto original, se ofereciam para novas utilizações* (BOURDIEU, 2002, p.13). Partindo daí, a construção do presente objeto de estudo, certamente, foi permeada por desconstruções e construções, pois a realidade social que me propunha a desvendar me afrontava a todo o momento, na medida em que se apresentava desafiadora frente às suposições iniciais. Recorrendo a um leque de ferramentas teóricas, tentei me apoiar naquelas que me pareceram mais adequadas.

A investigação levou-me, em primeiro lugar, a refletir sobre o conceito de *família*, especialmente referido ao campesinato, pelo fato de os interlocutores da pesquisa serem originários do meio rural e de um povoado onde eu realizara trabalho de campo. Senti, assim, necessidade de revisitar os teóricos do campesinato que tratam do tema, muito embora constatasse estar diante de relações sociais que se desenrolavam na cidade e que guardavam bastante complexidade, uma vez que nem poderiam ser facilmente classificadas como essencialmente urbanas ou rurais.

Os teóricos do campesinato tratam esse tema com muita relevância, a exemplo de Shanin (1979); Wolf (1970); Galeski (1979); Thomas & Znaniecki (1979), porém não seria o caso de retomá-los todos aqui. Dentre eles, retorno a algumas reflexões realizadas por Wolf em seus estudos acerca das relações de poder nas sociedades complexas, na medida em que, nesses trabalhos, trata daqueles casos de intersecção entre o rural e o urbano, entre o local e o nacional, entre o que poderíamos chamar de comunidades do interior e o que conceitua como nação. No nosso caso, o foco está em perceber os vínculos que mantêm essas famílias camponesas com seu território étnico de origem, em Alcântara, tomando como caso a situação daquela dos Ferreira, que se deslocou para São Luís.

Para Wolf (1970), em *Sociedades Camponesas*, a família camponesa consiste em dois tipos: a *família nuclear*, formada pelo homem, mulher e filhos, e *famílias extensas*, as

quais compreendem um certo número de famílias nucleares agrupadas sob a mesma estrutura. Levando em conta essa definição, no caso específico, não se conhece o tipo de família extensa, mas aquela caracterizada pela presença de unidades nucleares autonômas, onde cada uma tem sua casa, organiza sua produção e consumo, considerando os que estão na capital ou no interior. Porém, há momentos em que membros dessas unidades se juntam para realizar alguns trabalhos no decorrer do calendário agrícola e na atividade da pesca, havendo deslocamentos para a capital de parentes que estão no povoado e o inverso também ocorre.

O mesmo autor, quando estuda grupos migrantes na Mesoamérica e no Tirol, chama a atenção para duas possibilidades: no caso daquelas comunidades que conceitua como corporadas fechadas, a migração é objeto de sanções. Neste caso, aquele que migra para os centros urbanos tem os laços de parentesco cortados e pode até ser acusado de bruxaria, perdendo direitos de retornar ao local de origem. Os parentes o abandonam à morte social

Quando uma pessoa migra de uma tal comunidade [como Chiapas, no México] está perdida para ela, a não ser que os mecanismos corporativos se quebrem e lhe permitam restabelecer relações com pessoas aparentadas no povoado de origem, ou que novos migrantes busquem seu auxílio no lado de fora (WOLF, 2003, p.106).

No caso do Tirol, da mesma forma, os padrões de herança fazem com que os laços entre os herdeiros que são obrigados a abrir mão da herança se quebrem e os preteridos emigrem.

Já no caso daquelas comunidades conceituadas pelo autor como “abertas”⁵, que se aproximaria da situação aqui estudada – Santana, em Alcântara –

Nem a organização comunal corporada e ou nem grupos lineares corporados separam os migrantes potenciais daqueles que potencialmente ficarão. Aí, a pessoa é livre para mobilizar tanto amizade quanto laços de parentesco para favorecer sua mobilidade dentro e fora da comunidade. Os laços de parentesco com os migrantes não se perdem – eles se tornam valiosos para a transmissão de serviços e bens (WOLF, 2003, p. 107, grifos da autora)

Wolf cita os portorriquenhos de San José que mantêm fortes laços com seus parentes nos Estados Unidos e também aqueles da comunidade italiana de Tret, no Tirol, que não “perde de vista nenhum parente que tenha ido para os Estados Unidos e mantêm-se em contato por meio de cartas e presentes mútuos.” Citando Ernestine Fiedl, o autor diz:

⁵ Em outros textos o autor conceitua comunidades camponesas corporadas “abertas” e “fechadas”. Ver, a este respeito “Tipos de campesinato latinoamericano: uma discussão preliminar” e “Comunidades camponesas corporadas fechadas na Mesoamérica e em Java Central”. Estes textos clássicos nos ajudam a pensar o caso das terras de uso comum e do território étnico de Alcântara que se aproximariam do modelo de comunidade corporada aberta. Uma discussão das terras de uso comum em comparação ao modelo do autor pode ser encontrada em Paula Andrade, 1999, p. 69.

O papel dos laços de parentesco como mecanismo pra a manutenção das conexões entre o urbano e o rural é extenso e penetrante. E uma mudança de status social de camponês grego pobre pra rico ou para qualquer outra posição de maior prestígio não resulta numa ruptura dos laços de obrigações de parentesco.

Como o objetivo de fundo deste trabalho é a tentativa de compreensão dos vínculos que ligam e das relações que se estabelecem entre famílias oriundas do território étnico de Alcântara, hoje estabelecidas em bairros periféricos da capital do estado do Maranhão, a leitura do autor foi bastante inspiradora e será retomada no decorrer do trabalho.

1.2 A temática da investigação e a construção do objeto

Conforme já referido, tento compreender as relações sociais que se estabelecem entre famílias que pescam, cultivam e vivem do extrativismo em Alcântara e a cidade de São Luís, no Maranhão, e que constituíram historicamente a conexão entre os dois lugares, com enfoque no fluxo de membros que se deslocam continuamente entre um lugar e outro por via marítima.

Ressalto que, atualmente, as relações interligando parte dos trabalhadores de diferentes povoados do município de Alcântara e dos que vieram para São Luís, continuam intensas, indicando a existência de uma rede de solidariedade e parentesco que foi-se consolidando no decorrer de um processo com características históricas próprias. Partindo desta constatação, me propus a refletir sobre a consolidação de uma rede de relações sociais estabelecidas entre membros de famílias de diversos povoados de Alcântara com a capital, ao longo de um período por meio de uma movimentação com estratégias particulares. Estas, devem ser assinaladas, a meu ver, como parte daquelas de manutenção e reprodução do seu modo de vida camponês, “da maneira como o agrupamento social estabelece relações internas peculiares” nos termos de Martins (1986, p.14).

Para demonstrar este meu ponto de vista, tomei como referência empírica o caso do que estou denominando de uma unidade familiar (pai, mãe e filhos) que se desloca de um povoado de Alcântara para o bairro da Camboa, em São Luís. Pretendi verificar, assim, que estratégias estão sendo acionadas para sua reprodução no meio urbano e que relações são mantidas com os parentes que permanecem no interior. Indaguei se podemos caracterizar os vínculos mantidos com os parentes nos locais de origem como redes sociais e, em assim

sendo, de quais tipos? Perguntei-me ainda, se essas relações seriam de base econômica, puramente de parentesco, rituais ou de outra ordem?

Levantei ainda a hipótese de que elementos do viver e do pensar camponês, tal como observados no local de origem, sofram tanto transformações quanto permanências nas estratégias desenvolvidas por esses agentes sociais no meio considerado urbano. Tentei descobrir quais transformações e quais elementos persistem no seu modo de ver e de viver, levando em conta um ambiente com planos simbólicos e ecológicos diferentes.

Ao refletir sobre essa situação sociológica, pensei na possibilidade da existência ou não de uma rede identitária que atravessa a forma de organização social desses agentes residentes na capital. Seria uma rede intrincada nas relações pré-existentes entre os membros dos grupos étnicos que dela fazem parte, independente das relações de parentesco acionadas? Então, tentei apreender em quais tipos de redes sociais – de parentesco, amizade, solidariedade, outro - estão conectadas às diferentes relações e qual se sobrepõe à outra no momento da chegada e fixação dessas famílias em São Luís.

A investigação consistiu em um estudo de caso, tendo a unidade familiar – o pai, a mãe e os filhos – de Catarino Ferreira como referência empírica, sendo ele o meu principal interlocutor. Procurei compreender a partir das motivações para o seu deslocamento, as estratégias que permitiram a essa unidade familiar vir e permanecer na capital e como reelaboraram seu modo de viver em novo ambiente.

1.3. Sobre o trabalho no campo

A aproximação inicial com o universo empírico da pesquisa se deu através de dois mediadores - o primeiro foi Lindimberge da Luz Silva, mestrando em Ciências Sociais da UFMA, que realizou sua pesquisa de conclusão de graduação nos bairros da Camboa e Liberdade, acerca da “Dinâmica do trânsito e das relações sociais de grupos étnicos entre Alcântara e São Luís”. É ex-morador do bairro da Liberdade, tem familiares que ainda residem ali e teve como principal interlocutor de sua pesquisa o trabalhador conhecido por Bié, anteriormente citado, antigo morador do bairro da Camboa e do lugar chamado Itapuaua. Seu Bié veio a tornar-se meu segundo mediador na pesquisa. Esse senhor é proprietário de barco e percorre os portos dos povoados de Alcântara para transportar diversos produtos para São Luís e vice-versa, conhecendo bem os moradores oriundos de diversas localidades de Alcântara, inclusive de Santana de Caboclos, foco de meu interesse. Ele me foi apresentado por Lindimberge que levou-me ao Porto da Rua dos Veleiros, onde o encontramos.

Posteriormente, Lindemberge conduziu-me à residência de parentes seus e à própria casa do senhor Bié para que eu pudesse encontrá-lo novamente, pois ele seria o mediador ideal para apresentar-me à pessoas oriundas de Santana de Caboclos.

A importância dos mediadores em uma pesquisa revela-se na maneira como somos recebidos pelos pretensos interlocutores e na qualidade das informações obtidas. A esse respeito Berreman sustenta que:

A natureza dos seus dados é, em grande parte, determinada por sua identificação, tal como é concebida por seus sujeitos. Uma aceitação polida e até mesmo a amizade nem sempre significam que está garantido o acesso às regiões interiores confidenciais da vida dos que o facilitam (BERREMAN, 1975, p. 168).

Os mediadores, principalmente o barqueiro, que teve o contato direto com o grupo, foram imprescindíveis para garantir o trânsito e minha entrada na Rua dos Veleiros, onde residem os interlocutores da pesquisa.

A partir daí, marquei alguns encontros com ele, sem sucesso, em função de suas frequentes viagens e, havendo muitos desencontros, pedi ajuda a um dos seus filhos, que havia conhecido no primeiro encontro com ele, quando este me levara até sua casa. Assim, seu filho Oberdan prometeu avisar-me da chegada do pai no porto ou em casa e desta forma foi feito, mas, nesse dia, não foi propriamente o senhor Bié que me aguardou, e sim o senhor Walter que trabalha com ele no barco, encarregado por aquele da tarefa de apresentar-me moradores originários de Santana. Esse trabalhador levou-me até a casa do senhor Catarino e Ana Maria, moradores da Rua dos Veleiros, localizada muito próximo ao Porto que leva o nome da rua.

Foi a primeira família a mim apresentada, sendo muito boa a sua receptividade, principalmente quando informei que conhecia Santana dos Caboclos e, especialmente, dona Irene, mãe de seu Catarino. Além disso, me pareceu muito interessante quando ele falou que saiu do interior para encontrar uma “mina de peixe” em São Luís. É interessante notar que as tensões que a chegada de um estranho sempre provocam foram atenuadas quando mostrei conhecimento acerca do lugar de origem da família e, principalmente, dos seus parentes. Berreman coloca, a este respeito:

Ao chegar ao campo, todo etnógrafo se vê imediatamente confrontado com sua própria apresentação diante do grupo, que pretende aprender a conhecer. Só depois de tê-lo feito, poderá passar à sua confessada tarefa de procurar compreender e interpretar o modo de vida das pessoas. Na literatura antropológica, a segunda dessas tarefas é mais frequentemente discutida que a primeira, conquanto o êxito do

esforço dependa tanto de uma quanto da outra. Ambas tarefas, como toda interação social, envolvem controle e interpretação de impressões, nesse caso, impressões mutuamente manifestadas pelo etnógrafo e seus sujeitos...As tentativas de dar a impressão desejada de si próprio, e de interpretar com precisão o comportamento e as atitudes dos outros são uma componente inerente de qualquer interação social e são cruciais para a pesquisa etnográfica. (BERREMAN, 1975, p. 124)

No primeiro contato apresentei-me, falei sobre o meu objetivo e sobre o fato de conhecer e ter realizado um trabalho em Santana de Caboclos. Indaguei, então, o casal sobre a possibilidade de colaborarem comigo nesse trabalho que fazia parte da minha formação na Universidade. Eles prontamente se colocaram à disposição. Depois do contato inicial, combinamos que passaria a visitá-los para nos conhecer, sem no entanto estabelecer dia ou hora certa para isso. Comecei, desta forma, as visitas uma vez por semana ou conforme o cotidiano do grupo me permitia e, às vezes, passava até dez dias ausente por questões de administração de meu próprio tempo. O período da pesquisa ocorreu entre os meses de março a novembro de 2007.

Nos meses de março e abril ocorreram as tentativas de encontro com seu Bié, o principal intermediário. Ainda em abril mantive o primeiro encontro com a família do Sr. Catarino Ferreira, a partir do qual minhas visitas foram intensificadas e divididas entre as casas de pessoas de seu grupo familiar: a família de sua irmã Edileusa e da sua tia Zelinda. Quando defini realizar o estudo de caso centrado somente na unidade familiar do Sr. Catarino, porém, estabeleci que as visitas se restringiriam à sua residência, embora não tenha deixado de visitar aquela de Edileusa, com a qual já havia mantido um relacionamento amigável e que, ao mesmo tempo, continuava sendo uma interlocutora importante. A definição pelo estudo de caso com o Sr. Catarino ocorreu após o acúmulo de informações obtidas durante os primeiros quatro meses de trabalho de campo, permitindo a construção do objeto de investigação, pois não fui ao campo com um projeto e metodologia previamente definidos. Alimentei, igualmente, desde o início da investigação, a certeza de que não seria possível realizar um estudo abrangente, incluindo todas as pessoas oriundas do povoado residentes no bairro que, até por sua dispersão espacial, exigiriam tempo e esforços muito maiores. Em julho do mesmo ano participei de uma festa que se realiza anualmente no povoado em homenagem à santa padroeira, Nossa Senhora Santana, motivada pela ida do Sr. Catarino, que se tornara meu principal interlocutor. Após o retorno, dediquei-me à classificação das informações acumuladas até aquele período e, no mês de agosto, não me dirigi à residência dos Ferreira, mas tive o cuidado de lhes explicar as razões e, nos meses seguintes, intensifiquei novamente as visitas, considerando sempre a disponibilidade e rotina do casal.

Inicialmente, como não conhecia a rotina da família, chegava e não encontrava o Sr. Catarino, que estava pescando ou se encontrava na avenida vendendo o peixe, situação apreendida como parte das informações acerca dos hábitos desse trabalhador. Aos poucos, fui acompanhando e compreendendo aspectos e particularidades de seu cotidiano relativas às atividades econômicas que desenvolve, mormente à pesca e à venda do pescado.

Procurei acompanhar os hábitos das pessoas e me adequar às suas rotinas. Por exemplo, à tarde, o costume da esposa de seu Catarino, Ana Maria é dormir ou assistir televisão, enquanto a rotina do Sr. Catarino atrela-se à pescaria que, por sua vez, depende do horário da maré. Quando não está pescando, conserta sua rede de pescar e, depois, vende o peixe na avenida. Percebi que antes de ir para a feira, ele separa as encomendas de peixe dos vizinhos, seus fregueses também e, às vezes, não vende, mas doa peixe para eles. Pude, deste modo, apenas com o concurso da observação direta, ir separando os atos propriamente econômicos daqueles que unem famílias por meio de vínculos de reciprocidade (Sahlins, 1970) e me perguntar como, embora se encontrando em um meio urbano, seu Catarino e as demais famílias oriundas de Alcântara ou de outros municípios da Baixada, reproduziriam ou recriariam laços e formas de relacionamento social característicos da vida camponesa.

Ficar acompanhando a novela da tarde com a Ana Maria ou a Edileusa, irmã e vizinha do Sr. Catarino, tornou-se uma forma de me aproximar, até porque não achei



Foto 1: Seu Catarino consertando a rede de pescar

conveniente afastar as pessoas dos seus hábitos para me atenderem e também acredito que, dessa maneira, passaram a suportar minha presença com mais naturalidade, pois observaram que meus hábitos podiam ser tão comuns quanto os delas. Muitas vezes os papéis se invertiam e, ao invés de perguntar, eu respondia a alguns questionamentos sobre minha vida pessoal, mostrando que às vezes ao mesmo tempo em que o pesquisador investiga, ele também é investigado pelo grupo. Ao entregar a eles as fotos dos parentes que residem no povoado que eu registrara durante a pesquisa anterior, percebi a mudança na forma de me tratarem, concorrendo para o estreitamento da nossa relação. Isso fez com que os laços de confiança fossem se consolidando, pois eu demonstrava ter uma certa intimidade com a mãe do Sr. Catarino que, de fato, foi construída no decorrer do trabalho de campo em Santana, durante a pesquisa anterior.

Minha idéia era estabelecer uma relação entre nós na qual eles se sentissem à vontade, e que, de fato foi se estreitando na medida em que fui vivenciando o seu cotidiano e

presenciando algumas situações peculiares na casa da família, como no dia em que eu estava prestes a ir embora e começou a chover torrencialmente. A chuva era grossa e a água passou a entrar na sala e a formar uma poça de lama. O seu Catarino estava escutando música e trabalhando na rede de pescar como se nada estivesse acontecendo. Eu, sentada, tentava conversar sobre sua viagem para Santana, enquanto Ana Maria logo pegou uma enxada e tentava dar um jeito na invasão da água que não cessava. Eu me propus ajudá-la e assim fiz. Enquanto isso, o Sr. Catarino continuava escutando o som bem alto, não se preocupando com o lamaçal em que estava se transformando a sala e nem com a peleja que eu e sua esposa estávamos tendo para melhorar aquela situação. Calmamente, me explicou que estava fazendo a seleção das músicas que levaria para Santana e tocaria na *barraca* do seu sobrinho durante a festa em homenagem à santa. A seleção, que certamente levava em consideração o gosto camponês, contava com vários ritmos de música como o *reggae*, *brega*, *lambada e forró*. A água continuou invadindo a casa, pois a chuva permanecia forte e não encontrava escoamento devido a uma carrada de entulho que estava em frente à casa, próximo à porta, inclusive dificultando a entrada das pessoas. Essa situação me pareceu embaraçosa, enquanto que para eles foi encarada com muita naturalidade, não tendo o casal demonstrado nenhum constrangimento com minha presença.

Em outra situação fui surpreendida pela intimidade com a qual fui tratada num certo dia, no qual eu me encontrava na área dos fundos da casa com Ana Maria quando o Sr. Catarino e outro pescador, ao chegarem da pescaria, foram cada um tomar banho sem a preocupação pelo fato de o banheiro ter uma porta que permite ver a parte superior do corpo das pessoas e que se abre com facilidade com o bater do vento. Em dado momento a porta parecia que ia se abrir com o vento e seu Catarino ficaria completamente à mostra. Procurei imediatamente ir para a cozinha a pretexto de tomar água, enquanto eles continuaram seu banho e a conversar comigo normalmente. De alguma forma, esta situação demonstrava que a presença da pesquisadora havia sido naturalizada dentro da residência, o que, em certo sentido, me tranquilizava.

A partir do momento, quando lhes entreguei o livro “Fome de Farinha”⁶ e as fotos registradas no povoado e lhes ofereci um guarda-roupa que não usava mais, o que aceitaram imediatamente, observei uma mudança na forma de me tratar, antes como “a mulher da universidade” ou “a pesquisadora” e, agora, passando a me considerar como alguém mais íntimo, receptividade que eu própria não esperava.

⁶PAULA ANDRADE, Maristela de ; SOUZA FILHO, Benedito.(orgs.). 2006.

Algumas vezes, quando lá estive, Ana Maria pediu que voltasse outro dia, pois ela estava, nos seus termos, *muito aperreada* (ocupada), porque estava entulhando a sala. Em outra ocasião, quando cheguei em sua casa fui surpreendida pela impossibilidade de passar o dia como havíamos combinado, pois ela alegou estar muito atarefada com o *entulhamento*, nome dado por eles ao chamado aterramento, do quarto e do corredor. Segundo ela, a casa estava uma bagunça devido os móveis estarem fora do lugar e seu Catarino estava pescando. Sendo assim, não teria como me dar atenção e pedia para eu voltar na semana seguinte quando tudo estaria mais tranqüilo. Então, passei na casa da Edileusa e também me falou que estava *aperreada*. No final, não foi possível realizar o trabalho nesse dia.

Essa atitude, surpreendente para mim, demonstrou na prática a não sujeição do pesquisado ao pesquisador, situação a qual os pesquisadores não estão habituados, e então a idéia de que não existem sujeitos (sujeitados) em uma pesquisa e sim interlocutores se fortaleceu na construção da relação com os pesquisados.

No decorrer da pesquisa de campo, outros desafios se apresentaram e um deles foi a viabilidade da observação participante, técnica de pesquisa cara ao ofício do antropólogo, na qual busquei apoio, pois para mim também é legitimadora da prática etnográfica. No entanto, a experiência de pesquisar num contexto urbano e familiar era inteiramente nova, pois meu percurso acadêmico me levava, até então, para a pesquisa em meios rurais, no âmbito das quais me sentia inteiramente à vontade, com ressalvas às questões próprias à condição de “estrangeiro” a que todo pesquisador é colocado quando está diante do outro.

Sobre pesquisar em um ambiente que nos é familiar, Velho (1981) nos informa sobre a necessidade de questionar sistematicamente o ambiente conhecido:

Posso estar acostumado(...)com uma certa paisagem social onde a disposição dos atores me é *familiar*; a hierarquia e a distribuição de poder permitem-me fixar, *grosso* modo, os indivíduos em categorias mais amplas. No entanto, isso não significa que eu compreenda a lógica de suas relações. O meu conhecimento pode estar seriamente comprometido pela rotina, hábitos, estereótipos. Logo, posso ter um mapa mas não compreendo necessariamente os princípios e mecanismos que o organizam. O processo de descoberta e análise do que é familiar pode, sem dúvida, envolver dificuldades diferentes do que em relação ao que é exótico.(VELHO, 1981, p. 128)

Refletir também sobre a observação participante no contexto da pesquisa se fez necessário, pois, se na forma clássica, o etnógrafo deve estar efetivamente com os “nativos”, o que, para Malinowski (1984), significa viver na aldeia, (*no começo uma estranha aventura por vezes desagradável, por vezes interessantíssima, logo assume um caráter natural em*

plena harmonia com o ambiente que o rodeia), no meu caso embora não tenha residido com o grupo, experimentei cada situação apontada pelo autor clássico.

Em um ambiente rural, no qual o pesquisador deve conviver constantemente com o grupo, a imersão faz sentido, como diz Segalen (2001, p. 282) e “no meio urbano esta atitude não é sensata e/ou é bem mais complexa (...) a familiaridade do pesquisador deve ser construída pouco a pouco”.

Para Durham (2004), a pesquisa realizada na cidade, no universo cultural comum ao pesquisador e ao objeto da pesquisa é diferente de quando a pesquisa ocorre no campo tradicional à antropologia, o qual exige uma efetiva convivência, diária e longa com o grupo estudado e, nessa situação, observa a autora, *a participação é antes objetiva do que subjetiva*. No primeiro caso, o pesquisador dificilmente conviverá constantemente com o grupo e

Raramente reside com a população que estuda [e, se o faz, é por breves períodos] e não compartilha de suas condições de existência – de sua pobreza, de suas carências, de suas dificuldades concretas em garantir a sobrevivência cotidiana. Mas busca, na interação simbólica, a identificação com os valores e aspirações da população que estuda.(DURHAM, 2004, p. 26, grifos da autora).

O fato de fazer parte da mesma sociedade e residir no mesmo lugar, porém, (o que não me impediria de armar uma barraca ou alugar uma casa no bairro) não significou, nessa situação, a impossibilidade de acompanhar pequenos acontecimentos, o trabalho das pessoas, do pescador, envolvendo atividades que acontecem de acordo com o tempo das marés e da lua, às vezes cedo da manhã, às vezes à tarde. Também foi possível observar alguns aspectos dos afazeres diários mais internos à residência e correspondentes ao cotidiano da família. Por outro lado, parte dos moradores da rua parece ter se acostumado à minha presença, acenando para mim a cada chegada, enquanto outros demonstravam ainda certo estranhamento, e não tentavam se aproximar para entender o que eu estava fazendo ali. É verdade que não estando o tempo todo com o grupo, perdi eventos comuns e importantes e um deles está relacionado à atividade do Sr. Catarino, que depois se queixava para mim que eu havia perdido a chegada da pescaria com a rede cheia de peixes que, segundo ele daria boas fotos. Como eu lhe dissera que gostaria de tirar fotos desse momento ele passava a lamentar a perda do que considerava boas oportunidades para fotografar.

Fui informada de acontecimentos como o falecimento de uma vizinha que costumava conversar comigo quando passava em frente a sua casa e, assim, fui percebendo que minha presença passava a ser naturalizada pelo grupo de vizinhos e que fora, de certo

modo, aceita por um certo grupo de moradores da rua. De alguma forma, minha presença havia sido interpretada positivamente por essas pessoas.

A proximidade e o acesso fácil ao local me fez optar por passar o dia inteiro e não apenas fazer-lhes visitas não muito demoradas como no início. Passei a acompanhar o Sr.Catarino durante a venda do peixe na avenida, na vizinhança, a sua partida e a chegada da pesca, acompanhar a rotina da mulher e dos filhos em casa e, ainda acompanhar o Sr.Catarino em sua viagem a Santana de Caboclos.

No contexto da pesquisa, vivi uma situação peculiar, na qual passava o dia com eles restrita à residência, pois a casa se tornou o principal locus da observação. Mesmo tendo acompanhado seu Catarino até o local da venda do peixe, ainda assim, o espaço de convivência era restrito ao interior da casa e essa situação às vezes me deixava exausta, pois enquanto as pessoas se portavam com tranquilidade, eu permanecia tensa, preocupada em estar invadindo sua privacidade. É claro que isso foi sendo atenuado à medida que as relações foram se estreitando e até me sentia bem quando ouvia suas reclamações por passar alguns dias, em geral dez dias, sem ir até eles. As reclamações vinham do Sr. Catarino e da sua esposa e eram do tipo “o que foi que aconteceu dona Suely, nunca mais apareceu?”, ou “depois que voltou de Santana, desapareceu, parece que a festa lhe espantou, não gostou não?” ou ainda, “eu pensei que tivesse acabado o trabalho, não veio mais aqui”. De minha parte, então, procurava explicar que além do meu trabalho profissional, necessitava estudar e fazer a pesquisa e nem sempre era possível ir todas as semanas como gostaria e que também sentia falta deles.

Tal situação certamente não aconteceria no povoado, porque estando lá todo o tempo, de alguma maneira o pesquisador se integra ao cotidiano das famílias e, mesmo sendo o “estrangeiro”, as pessoas lhe permitem acompanhar várias situações, atividades de trabalho e, muitas vezes, se consideram até privilegiados por isso, exceto naquelas situações que possam ser tomadas pelo grupo como tabu, por exemplo, no caso da pescaria, na qual as mulheres não podem participar, situação já experimentada por mim.

Sendo assim, as condições de obtenção das informações, em geral, foram muito boas, ressalvado o momento da primeira entrevista, quando não me senti à vontade para pedir que o Sr.Catarino desligasse o aparelho de som que escutava em volume alto. Ao invés disso pedi que o diminuísse, no que fui atendida. O resultado foi uma gravação com ruídos, apesar de usar uma tecnologia atual como o mp4. Na verdade, acreditei demasiado na tecnologia, julgando que a qualidade da gravação não seria comprometida. Apesar disso, foi possível aproveitar bem a entrevista. Posteriormente, achei que deveria falar sobre isso com ele e

quando o fiz, a própria esposa chamou-lhe atenção, então ele prometeu que na próxima desligaria o som, e disse que era só eu ter me manifestado que ele o teria feito. Este diálogo revela não apenas uma questão técnica, mas o estágio da interação pesquisador-pesquisado, que foi se consolidando ao longo da pesquisa, até o momento em que foi possível conversar a respeito da qualidade do material coletado, das condições em que foi realizada a entrevista. Ou seja, nesse processo de interação social entre pesquisador e pesquisado não está em jogo apenas o “arrancar informações” e a qualidade dos “dados” obtidos, mas a possibilidade de estabelecer um diálogo com os interlocutores sobre o próprio processo de coleta das informações.

A respeito de como as informações são coletadas pelo pesquisador, as contribuições de Cardoso (2004) são relevantes quando a autora afirma que as interpretações construídas acerca das análises qualitativas não devem estar isoladas das condições em que entrevistador e entrevistado se encontram e acrescenta:

A coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas. Nestas investigações, o pesquisador é o mediador entre a análise e a produção da informação, não apenas como transmissor, porque não são fases sucessivas, mas como elo necessário.(CARDOSO, 2004, p.101)

A este respeito, Bourdieu também se manifesta:

Esta atenção aos pormenores de procedimento da pesquisa, cuja dimensão propriamente social – como achar bons informadores, como nos apresentarmos, como descrever-lhes os objectivos da pesquisa e, de modo mais geral, como ‘penetrar’ o meio estudado, etc. – não é a menos importante, poderá pôr-vos de prevenção contra o feiticismo dos conceitos e da ‘teoria’, que nasce da propensão para considerar os instrumentos ‘teóricos’, *habitus*, campo, capital, etc., em si mesmos, em vez de os fazer funcionar, de os pôr em acção. (BOURDIEU, 2000, p.27).

Durante a viagem a Santana de Caboclos, imaginei que faria entrevistas bastante longas e substanciais com o Sr.Catarino e sua mãe. Enganei-me, pois o Sr.Catarino não parava em lugar nenhum, tendo sua irmã chegado a dizer que só o via cedinho ou na hora de dormir, pois ora ele estava em Perizinho, na casa do pai, ora em Esperança, ora em Itapuaua ou ainda visitando pessoas em Santana mesmo, e após seu retorno a São Luís, me disse que aproveitou para rever seus parentes, os amigos e compadres. Então desisti, e como era período

da festa, o Sr.Catarino, como havia dito, levou seu aparelho de som e o repertório musical e, desde o amanhecer seu sobrinho ligava o som em alto volume e logo começava a vender bebidas. Num desses dias, quando estava passeando pelo povoado, avistei seu Catarino na barraca do sobrinho, aproximei-me com a intenção de apresentar meu companheiro e acabamos ficando por lá, conversando e tomando umas cervejas. Essa foi uma das melhores conversas que tive com ele durante todo o processo de pesquisa, na qual se mostrou muito mais espontâneo, revelando detalhes da sua vinda para São Luís e falando da certeza de que a qualquer momento, se quiser, poderá voltar para Santana e ter seu espaço no povoado novamente. Nesse momento, abandonei a máquina fotográfica, o caderno de campo, o gravador e me entreguei sem culpa àquele momento descontraído, mas, ao mesmo tempo, um dos melhores para obtenção de informações para a pesquisa! Finalmente, ali estava meu interlocutor privilegiado em um de seus lugares – Santana – afirmando que para lá ele pode voltar em qualquer tempo. Seu Catarino, pescador, radicado no meio urbano, lá estava atrás de um balcão de barraca de festa de santo, ao som de músicas que ele escolhera para tocar, vendendo cerveja na venda de sobrinho seu, externando a certeza de que se quiser colocar seu roçado no próximo ano agrícola nas terras de Santana, nenhum parente vai impedi-lo. E todas as questões sobre o território étnico de Alcântara, suas ramificações para o meio urbano, alimentadas por uma extensa rede de parentes, amigos e compadres, se me apresentava ali, de modo vívido e concreto, na experiência de seu Catarino e sua história pessoal. Ter presenciado e compartilhado desse momento especial para meu interlocutor, em plena festa da padroeira de seu povoado de origem, fez com que minhas indagações acerca do objeto dessa pesquisa se tornassem mais claras para mim. Pude refletir sobre a existência de uma rede social baseada na identidade do grupo e que a relação estabelecida entre as pessoas que estão de cada lado da Baía de São Marcos, integra estratégias de reprodução desses grupos étnicos. Seria pertinente se pensássemos uma continuidade sociológica entre o território étnico de Alcântara e os bairros periféricos de São Luís, para além da descontinuidade geográfica?

O caderno de campo foi o melhor companheiro durante a pesquisa. No início não usei-o e, quando comecei a usá-lo, expliquei aos interlocutores que o faria, mas muitas vezes quando os diálogos eram mais curtos preferi fazer as anotações logo que saía dali, até na parada de ônibus, enquanto esperava o transporte.

Utilizei-me de entrevistas livres e semi-estruturadas gravadas, embora tenham sido poucas, pois meu melhor instrumento foram as conversas espontâneas, registradas no caderno de campo. Nas entrevistas, privilegiei o Sr.Catarino, por ser o principal interlocutor, embora tenha me dado conta, já no final da pesquisa, que sua esposa fora uma interlocutora

muito mais importante do que eu pudera supor inicialmente. Afinal, estava sempre presente e era com ela que eu mantinha os diálogos mais espontâneos e plenos de informações.

Quanto à máquina fotográfica foi utilizada de duas formas, primeiro como meio para aproximação e, segundo, como meio de obter informações.

A pesquisa bibliográfica também foi utilizada para a elaboração do trabalho, particularmente no tocante às informações que tratam da formação do bairro da Camboa, principalmente aquelas de geógrafos e historiadores, assim como documentos oficiais da Prefeitura de São Luís. Busquei também trabalhos sobre as relações entre Alcântara e São Luís, produzidos por sociólogos e antropólogos e que se tornaram fontes fundamentais para esse trabalho.

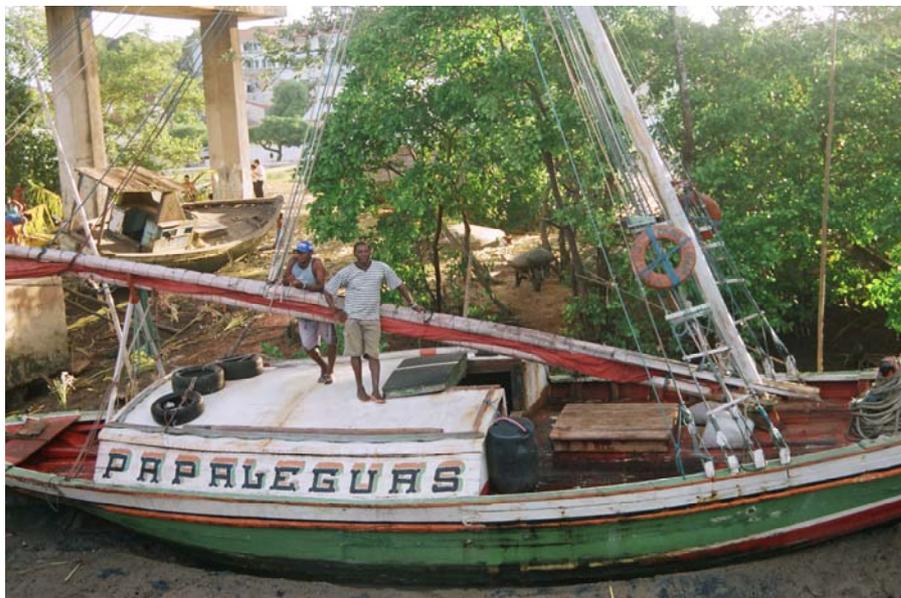


Foto 2: Seu Bié, meu mediador.

1.4 Estado da arte



Foto 3: Embarcação chegando no porto

Diferentes estudiosos pesquisaram, de distintos ângulos, as relações entre a capital do estado e o município de Alcântara, revelando a importância e o entrelaçamento dos fios dessa teia de vínculos entre pessoas e lugares.

Encontramos referências acerca das relações entre os dois municípios na historiografia clássica acerca de Alcântara, a exemplo de Jerônimo de Viveiros, ao tratar da pequena produção alcantareense que, segundo o autor, desde o período colonial, abastecia o mercado de São Luís com os produtos oriundos da agricultura, diga-se da chamada *lavoura* e, no geral, exportava para a capital algodão, arroz, aguardente, açúcar, couro, farinha, milho, tapioca, carne, peixe seco. Além disso, exportava o sal, cujas salinas foram construídas pelos jesuítas, à época muito valorizado e que, nas outras capitanias, era importado de Portugal (VIVEIROS, 1999; p. 69-70). Almeida (1983), embora trate genericamente da chamada *economia maranhense*, retrata o ponto de vista oficial que ao falar da produção agrícola oriunda dos grandes proprietários de fazendas do município, designados na época de *lavradores*, omitia a produção de uma camada da população que estava formando o que alguns autores denominam de *campesinato livre* (Mourão Sá, 2007), conforme pretendo mostrar adiante.

Em seus estudos Laís Mourão Sá (2007) afirma que Alcântara torna-se o centro de uma das regiões mais ricas do Estado, marcada pela grande produção de algodão e depois do açúcar, ambas voltadas ao mercado internacional⁷. Embora essa produção atendesse o

⁷ MOURÃO SÁ, 2007.

mercado externo, especialmente o da Inglaterra, a capital da Província também era abastecida pela produção alcantareense. A autora destaca que entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XIX Alcântara foi responsável pelo abastecimento da capital por uma crescente economia camponesa⁸, havendo a necessidade da organização, por parte do governante à época, de um local apropriado para a comercialização, instituindo-se o Terreiro Público (1805); construído com o propósito de receber toda a produção⁹ oriunda da Baixada, especialmente de Alcântara, revelando a economia de base camponesa como a grande responsável pelo incremento do mercado local. Em 1820 passa a se chamar Casa da Praça; posteriormente Casa das Tulhas (1862) e com a ocupação, em 1947, do jardim que existia no seu interior, transformou-se na conhecida Feira da Praia Grande (Noronha, 2007).

Ao tratar do campesinato no desenvolvimento da economia agrícola maranhense (Mourão Sá, 2007), revela que “A economia camponesa ganha uma posição de dominância, articulando-se ao mercado da capital através de uma rede de entrepostos e de intermediários que lhe é específica” (MOURÃO SÁ, 2007, p.76).

Por outro lado, a historiografia que trata das transformações da agricultura do estado, entre os séculos XVIII e XIX, considera-na em decadência, predominando aí a visão de uma certa classe social, que Almeida (1983), analisa como minada por certa *ideologia da decadência*:

Os suportes intelectuais das diferentes interpretações estão colados de maneira excludente à trajetória social de uma classe determinada. Inspirados nos determinismos biológicos e geográficos classificam todos os demais grupos e camadas sociais como contraditando a racionalidade de suas proposições e como erigindo obstáculos ao que entendem como o progresso da região. As ideologias do progresso e do trabalho racional ilegitimam as práticas produtivas dos demais grupos e camadas sociais. Só conseguem divisá-las como vivendo em permanente ociosidade. A população livre dos sertões é inscrita no que designam de ‘classe dos vadios’ [XAVIER, 1822],...e os indígenas são representados como ‘selvagens’ e ‘bárbaros’ [RIBEIRO, 1819], que desconhecem o trabalho regular e vivem numa ‘indolência’ [GAIOSO, 1818]. Os escravos oriundos do continente africano, são considerados como inferiores e pouco produtivos. (ALMEIDA, 1983, p. 54-55).

Os intérpretes da denominada *decadência da lavoura* elegem o segmento aristocrático rural e dominante como protagonistas de uma só história e representantes de toda a população, universalizando “a visão de uma classe social determinada para o conjunto da

⁸ Ibid, p.70 Sobre a economia camponesa no Maranhão, Sá afirma que sua vigência data de meados do séc.XVIII e a história da população indígena do Extremo-Norte, a partir do séc.XVII, se constitui na pré-história do campesinato na região.

⁹ Ibid.

sociedade colonial. O seu sucesso é lido, registrado e transmitido como o sucesso da própria região”(ALMEIDA, 1983, p. 53), obscurecendo a existência de um campesinato em formação, primeiro, de forma semitutelada e que, no decorrer de processos diferenciados e particularizados, tornara-se *campesinato livre*, conforme vem a designá-lo Mourão Sá (2007).

Com a derrocada das grandes fazendas e a formação de um *campesinato livre*, torna-se possível falar da existência de conexões entre o campesinato alcantareense e a cidade de São Luís, em termos de diferentes planos sociais e não apenas o econômico, como veremos. As características que marcam essas conexões são dadas inicialmente pelas regras que regem o campo econômico nesse momento e a ligação entre os dois municípios indica a formação de uma rede de relações sociais que ultrapassarão o viés econômico e se consolidarão historicamente.

Retomando Mourão Sá, a década de 20 do séc. XIX, se destaca como um período no qual se inicia a integração do ponto de vista administrativo das antigas vilas, dentre essas, Alcântara, à estrutura do estado, quebrando um relativo isolamento, característico dessa fase, face aos sistemas de comunicação com a capital e outras regiões consideradas mais dinâmicas como os Vales do Itapecuru e Mearim. No final da década de 1960, se inicia a abertura dos eixos rodoviários ligando os municípios e uma parca regulamentação do transporte marítimo para a capital.

Contudo, afirma a pesquisadora, não ocorreram mudanças equivalentes relativas à estrutura econômica ou às relações entre grupos sociais na área rural, assim como não houve mudanças quanto à forma de articulação com o sistema econômico abrangente.



Foto 4: Embarcação se preparando para atracar

Por outro lado, uma série¹⁰ de comerciantes autônomos multiplicaram-se, aumentando o fluxo comercial com a capital. Os comerciantes autônomos são os ditos intermediários, distinguidos entre os camponeses e os não-camponeses, sendo os primeiros identificados como os *barraqueiros*, *ambulantes* e os *negociantes de boi*. Esses, compram a produção camponesa e vendem-na na feira da Praia Grande. Os outros tipos de intermediários são os médios e grandes atacadistas e varejistas das sedes dos municípios, que adquirem do campesinato a produção do *babaçu*¹¹ e vendem-lhes produtos industrializados.

As relações estabelecidas entre a Ilha de São Luís e Alcântara, por meio de seus povoados, de onde escoam a produção camponesa, integra o sistema econômico de ambos os lugares, revelando relações que envolvem os grupos camponeses alcantarenses e comerciantes da capital. Nessas relações, há uma preponderância do plano econômico, caracterizando, o primeiro momento dessa conexão entre os dois lugares, até os dias atuais.

Nessa convivência encontramos ainda os estivadores, aqueles que trabalhavam no desembarque das mercadorias, nos portos da Ilha. Ao estudarem o universo que compõe o bumba-meu-boi de zabumba (FERREIRA ; RODRIGUES 2008, p.49), tratam da origem dos chamados *brincantes*, como se autodenominam os integrantes dessa manifestação da cultura popular na Ilha de São Luís. Destacam que a partir do início do séc. XX ocorrem deslocamentos de pessoas das regiões Litoral Ocidental do Maranhão e da Baixada Maranhense¹² para a capital, fixando-se nas proximidades dos portos situados às margens do Rio Anil, donde foram se formando os bairros da Camboa; Liberdade; Fé em Deus entre outros, e tendo como alternativas de trabalho a estiva para os homens e o trabalho doméstico ou o emprego na indústria têxtil para as mulheres. Os autores assinalam que a manifestação do bumba-meu-boi de zabumba é marcada pela presença de *brincantes* oriundos das denominadas *comunidades negras rurais*, principalmente dessas regiões.

A importância das embarcações no universo do bumba-meu-boi é destacada por Luz Silva; Silva ; Rocha (2008, p. 4) como o meio de transporte, garantindo por muito tempo

¹⁰ Sobre os tipos de comerciantes a autora detalha no último capítulo do livro: Mourão Sá, Laís. O pão da terra - Propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental maranhense. São Luís, EDUFMA, 2007.

¹¹ Trata-se de um fruto (côco) extraído de uma palmeira e de cujas amêndoas é produzido o óleo comestível, da casca o carvão, da entrecasca uma espécie de farinha, também usada como alimento, em forma de mingau, especialmente para as crianças menores.

¹² Os municípios que fazem parte da região Litoral Ocidental do Maranhão, conforme classificação do IBGE (2000): Alcântara, Apicum-Açu, Bacuri, Bacurituba, Bequimão, Cajapió, Central do Maranhão, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão e Serrano do Maranhão. Os municípios da Baixada Maranhense: Anajatuba, Arari, Bela Vista do Maranhão, Cajari, Conceição do Lago-Açu, Igarapé do Meio, Matinha, Monção, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, Peri Mirim, Pinheiro, Presidente Sarney, Santa Helena, São Bento, São João Batista, São Vicente de Ferrer, Viana, Vitória do Mearim.

a ligação entre o continente e a Ilha, alimentando os vínculos entre os parentes que ficaram no interior e os que se deslocaram para a capital,

As embarcações e as relações econômicas baseadas em seus usos, garantiam empregos aos novos moradores da cidade, pois era através do trabalho na estiva marítima e terrestre, responsáveis pelo embarque e desembarque de mercadorias nos portos, que os brincantes, a exemplo de Seu Canuto e Misico, conseguiam empregos fixos (LUZ SILVA, SILVA & ROCHA; 2008, p.4).

Segundo Ferreira ; Rodrigues (2008, p. 3), na Ilha o bumba-meu-boi de zabumba é formado preponderantemente por pessoas oriundas dos municípios das regiões mencionadas e Alcântara se destaca como um desses municípios, conforme o depoimento dado aos autores:

No boi de dona Romana tem muita gente de Alcântara, e como eu sou de Alcântara, gosto da brincadeira e eles são meus conterrâneos, [grifos meus] me chamaram para brincar lá. (Luís Silva, do Boi de Dona Romana, na Liberdade, entrevistado em 14/07/2007).

O depoimento reforça a idéia da existência de uma rede que, a princípio, estaria relacionada a origem comum das pessoas, ao fato de pertencerem ao mesmo lugar. O interlocutor atribui sua participação na manifestação por pertencer a um certo grupo. Sobre isso, Weber assinala que, ao partilhar a crença numa origem comum, se estabelece no grupo um sentido de homogeneidade entre os membros de uma comunidade e

A aquellos grupos humanos que, fundándose en la semejanza del hábito exterior y de las costumbres, o de ambos a la vez, o en recuerdos de colonización y migración, abrigan una creencia subjetiva en una procedencia común, de tal suerte que la creencia es importante para la ampliación de las comunidades. (WEBER, 1972, p. 318, grifos da autora)

É possível perceber que os deslocamentos trazem um sentido de pertencimento relacionado à sua origem e se revelaram em outras dimensões, traduzidas na religiosidade¹³ e no lazer possibilitando a reorganização dos espaços de sociabilidade desses grupos sociais.

Tomarei como segundo momento no processo de consolidação das relações a que me refiro, o período decorrido entre as décadas de 1960 e 1970 do séc. XX, no qual camponeses situados em diversos povoados de Alcântara se deslocam para a capital com

¹³ O auto do bumba-meu-boi, também chamado de *brincadeira* do bumba-meu-boi em São Luís, está relacionado a promessas que os denominados *brincantes* fazem a São João, São Pedro e São Marçal, no mês junino, por dádivas alcançadas. Ver FERRETTI (2004); MARQUES (1999); SANCHES (1997); LIMA (1996); CARVALHO (1995).

motivações para além do interesse mercantil. Ressalto que esse recorte é dado muito mais por uma ausência de informações precisas acerca do período anterior e principalmente, porque não há, aqui, preocupação com datação histórica e contínua do processo em questão, embora o texto seja apresentado em sequência linear.

Nesse processo temos, de um lado, um campesinato livre¹⁴, tal qual conceituado por Mourão Sá (2007), consolidado no município de Alcântara, que permite às famílias um forte grau de autonomia econômica, além de garantir parte expressiva do abastecimento da capital¹⁵. De outro, encontramos na década de 1960 uma São Luís marcada por transformações em sua paisagem, no âmbito do ideal de modernização vigente no país, segundo o qual os planejadores do governo implementavam medidas visando incrementar o processo de industrialização e integrar o Brasil à economia capitalista. (SANT'ANA JÚNIOR, 2006). Localmente, algumas obras de infra-estrutura foram realizadas, como a construção do Anel Viário, no entorno do chamado *centro histórico*, transformando os limites da cidade, que se iniciara nas bordas do mar, ligando a avenida Camboa à Ponte do São Francisco, também chamada José Sarney, sobre o rio Anil e os acessos à Rodovia MA-53 e à Barragem do Bacanga que, por sua vez, é o ponto que liga o porto do Itaqui à Rodovia BR-135. Essa obra exigiu grandes operações de aterramento, o que facilitou a construção de prédios e provocou uma corrida para a ocupação daquele espaço, concorrendo para o aumento da população no bairro. (LUZ SILVA, p.23-24, 2007) (BORRALHO, 1997 apud LUZ SILVA, 2007).

São Luís passa por transformações urbanísticas e outras obras de grande porte são executadas, como a construção da barragem sobre o rio Bacanga; porto do Itaqui; ponte Bandeira Tribuzzi, também sobre o rio Anil, que teve início em 1974 e finalizada seis anos mais tarde, tornando-se símbolo dos investimentos na expansão do espaço urbano; aterramento da Ponta D'Areia; pavimentação da área litorânea-calhau, construção de conjuntos habitacionais entre outras. (Ribeiro Júnior, 2001, p.104-105).

Em documento oficial da Prefeitura Municipal de São Luís¹⁶, encontramos referências sobre a migração rural em direção à capital, justificada pelos planejadores por reunir fatores de atração relacionados à relativa concentração industrial e, como sede administrativa do Estado, gerando expectativa de emprego no quadro do funcionalismo público. O mesmo documento informa que no decênio de 1990 a 2000, São Luís se firma

¹⁴MOURÃO SÁ, 2007.

¹⁵ Essa questão é tratada por LINHARES, 1999.

¹⁶ ESPÍRITO SANTO, 2002.

como pólo de concentração populacional ascendente, devido ao avanço do processo de industrialização e à redução do espaço rural maranhense (ESPÍRITO SANTO, 2002; p.30/32). O relacionamento entre Alcântara e São Luís foi se consolidando num movimento de ir e vir de camponeses que buscam na capital oportunidades de trabalho, conforme o depoimento do interlocutor:

P: Por que seus parentes vieram para São Luís e quando?

Sr. Catarino: Veio há muito tempo. O pessoal que veio do interior veio tudo menina nova pra cá pra trabalhar, né? Que lá no interior não tem assim ganho de dinheiro principalmente mulher nova que quer vestir e calçar, e mãe e pai, não tem condição, vestir e calçar bem, andar toda bonitinha, vai ter que se destacar pra São Luis pra trabalhar pra conseguir se vestir bem.

No depoimento¹⁷, é ressaltado a vinda das mulheres mais jovens em busca de trabalho que propiciasse ganho monetário, para suprir as necessidades que os seus pais não conseguiam no interior. Em diálogos com outros parentes, fui informada que o trabalho doméstico ou como chamam, *trabalho em casa de família*, era o destino dessas jovens, a exemplo da tia do Sr.Catarino, a Sra.Zelinda, que foi a primeira a vir para a capital, e depois a irmã Edileusa, que têm nas suas trajetórias longos períodos nessa atividade. Em alguns casos, elas conseguiam estudar, no entanto ao contraírem o matrimônio aqui em São Luís, mas com homens dos povoados de origem ou vizinhos, desistiam da escola e do trabalho doméstico, a exemplo das duas irmãs do interlocutor e da tia mencionada.

No caso de seu Catarino, ele revela também a preocupação com a educação dos próprios filhos e diz que aqui “já tem uma melhora pra meus filhos, né, hoje eles estudam numa escola, numa escola boa, que eles não tinha”.

No seu trabalho, SILVA (2005) apresenta o depoimento de um interlocutor alcantareense ao tratar das motivações do seu deslocamento do povoado Castelo para São Luís:

Flávio: Sr. Antoninho, quais foram os motivos que fizeram o senhor se mudar aqui para a Camboa, sair do povoado para vir pra cá?

¹⁷ Interessante notar que as filhas mulheres são deslocadas para fora da unidade doméstica camponesa, em busca de trabalho. Isto pode ocorrer porque, nos locais de origem, esse tipo de economia não consiga alocar todos os seus membros em idade adulta, em determinados momentos do ciclo agrícola; porque as famílias coloquem suas esperanças de escolarização mais nas mulheres que nos homens; porque não podem prescindir dos braços masculinos e, desta forma, ao abrir mão de alguns de seus membros, as mulheres serão aquelas mais disponíveis para se deslocar. Todas essas questões não serão respondidas por este trabalho e exigem uma investigação específica. Este trabalho levanta, no entanto, pistas interessantes neste sentido, principalmente porque há elementos que nos levam a pensar que, mesmo se deslocando, as mulheres não rompem com o grupo de origem, criando laços de aliança, via casamento, com homens do grupo que também tenham se deslocado, parentes ou não.

Sr. Antoninho: Eu vim pra cá, consegui estudar um pouco, depois...Ajudei meus pais, aí fiquei lá [Castelo] 22 anos, aí constituí minha família e de lá vim trabalhando, trabalhando e tal. Tive muita colheita. Depois parece que as coisas vão fugindo, né? E meus pais também já foram ficando mais idosos e meus filhos foram crescendo, o colégio já um pouco já, devagar nessa época, né? Era um colegozinho pequenininho, pequeno. Aí eu vendo meus filhos crescendo e prá não ficar como eu estudei pouco, eu achei que eles não deviam também ficar na mesma situação que eu vivia lá, né? [grifos meus] E eu achava que eles deviam aprender alguma coisa e foi o motivo deu procurar me deslocar de lá pra cá (SILVA, 2005; p. 103).

A declaração leva a pensar que o ciclo de vida dessas famílias está relacionado aos seus deslocamentos. O senhor Antoninho veio jovem, retornou para ajudar os pais permanecendo no povoado até constituir sua própria família e sente a necessidade de mudar a trajetória dos filhos lhes propiciando o estudo que ele não conseguiu e decide voltar para São Luís. Situação semelhante viveu uma das irmãs do Sr. Catarino, que veio para trabalhar e estudar, mas ao casar-se retornou para o povoado, por falta de lugar para morar, pois residia em *casa de família*. Posteriormente, depois de ter filhos, novamente vem para a capital, após a ocupação de um terreno e construção da moradia na Rua dos Veleiros, onde permanece até hoje. Os motivos alegados para esse movimento de ir e vir são vários, mas em comum há sempre a alegada preocupação com os estudos dos filhos.

Diversos foram os motivos apontados pelos interlocutores para que esse segmento da população de Alcântara procurasse em São Luís alternativas para a melhora das suas vidas. Linhares, a este respeito afirma que “ em São Luís os camponeses encontravam os produtos industrializados que não produziam, as escolas que seus filhos não tinham acesso no interior de Alcântara e terrenos periféricos em abundância para se estabelecerem”. (LINHARES; 1999; p. 114).

Para Linhares a busca desses grupos, oriundos das denominadas *terras de preto*, em Alcântara, por moradia na cidade, representa o acesso à escola e ao emprego.

Outro fator que devo considerar como motivação para o deslocamento de membros de famílias dos povoados para a capital ou regiões de fronteira agrícola, é apontado por Almeida (2002) como uma estratégia de manutenção do ecossistema local, se revertindo na garantia de reprodução do próprio grupo, na medida em que há um controle demográfico indicando a preocupação por parte dos camponeses com os recursos naturais. Para o autor, esse deslocamento, funciona ao mesmo tempo como controle da pressão demográfica, também serve como um reforço à receita familiar via o trabalho assalariado:

Podem ser destacadas, a propósito destas práticas preservacionistas aquelas que implicitamente deixam entrever uma preocupação e um certo controle da pressão demográfica sobre o estoque de recursos disponíveis. A despeito destas práticas observadas não poderem ser convertidas em norma, pode-se adiantar que há situações em que a força de trabalho familiar ultrapassaria o potencial dos terrenos de cultivo disponíveis ao grupo. Mediante fatos desta ordem o próprio grupo familiar é levado a estimular a saída de alguns de seus membros para centros urbanos e regiões de fronteira agrícola, vinculando-se à receita familiar pelo trabalho assalariado e acionando-o eventualmente em etapas do processo de trabalho agrícola, que requerem uma maior concentração de atividades, tais como as colheitas de arroz e de mandioca (ALMEIDA, 2002, p.19).

Essa é uma situação que pude observar, quando em alguns períodos, deparei-me com parentes de seu Catarino vindos para São Luís em busca de trabalho com retorno monetário com o objetivo de investi-los, nesse caso, nas manifestações de cunho religioso, como a festa da Santa padroeira e manifestações profanas, como o carnaval, que ocorrem no povoado, mas também eles vêm em outras ocasiões, certamente obedecendo o calendário agrícola, e alcançado o objetivo, retornam para o povoado, situação de idas e vindas que se repetiu durante o período no qual acompanhei o grupo.

Sobre o acesso à moradia dos recém chegados do interior, Luz Silva (2007) descreve alguns relatos sobre a ocupação da Camboa tal como contada por moradores do bairro. As narrativas de alguns desses moradores alcantarenses remontam a esse período inicial, ressaltando o fácil acesso ao mangue, apesar das dificuldades de erigir casas nesse local. Essas construções exigiam persistência, recompensada pela garantia da posse do terreno, o que não seria possível em terra firme, dado o alto valor dos terrenos nesses locais. A proximidade ao centro da cidade também é apontada pelos moradores como um atrativo para o estabelecimento, mesmo nas áreas de mangue, das pessoas oriundas do interior, conforme o depoimento dado ao autor:

P – Será que essas pessoas que chegavam do interior não escolhiam essa área aqui porque era próximo do centro também?

B – é...que aqui é mais perto do centro, e nem isto, é porque era onde se encontrou como se estabelecer, mesmo sendo mangue, manguezal como se chama hoje, mas hoje nós estamos dentro do centro, com toda dificuldade e se você fosse procurar um terreno em terra firme, você não encontrava, quando encontrasse, era um preço exagerado, qual era a condição de comprar? Não tinha, por isso que o pessoal ficaram tudo nessa região, pessoal de Alcântara tudo vieram pra cá assim, enfiando os paus na lama e guardando seus terreninho que sabia que hoje esperava o dia de amanhã [grifos do autor] justo como aconteceu, todo mundo tá na terra firme. (LUZ SILVA, 2007, p. 25).

O autor destaca, ainda, a ação dos políticos da época, que aterraram parte do mangue para beneficiar as famílias ali estabelecidas. Essas intervenções atraíam outras pessoas que buscavam *tirar terrenos* no mangue, com a certeza de que no futuro seriam beneficiadas pela ação dos políticos e, assim, garantiriam o acesso à terra firme e à moradia.

A fixação de membros das famílias de diferentes povoados alcanterenses em São Luís é registrada em vários bairros periféricos da cidade, no entanto é naqueles da Liberdade e Camboa que se concentra um número expressivo de pessoas oriundas de Alcântara, conforme Luz Silva (2007, p. 25). O autor relata a existência de um local que seria *uma rua alcantareense* devido a grande concentração de pessoas oriundas de diferentes povoados desse município, a exemplo de Santana de Caboclos, tal como citado pelo autor:

Castelo, Oitúua, Centro da Vovó, Marmorana, Santo Inácio, Manival,
Peroba, Baracatátua, Mamuna, Brito, Ponta de Areia, Prainha,
Itapuáua, dentre outros.

O mesmo estudo aponta algumas características que essas áreas reúnem, possibilitando a escolha para moradia na cidade por esses grupos sociais, como o acesso facilitado a terrenos, por serem alagadas, periféricas e desvalorizadas pelos governantes, que inicialmente, não se opunham àquele apossamento, aliado ao fato de que é uma área que concentrava vários portos que possuíam ligação direta com os portos dos povoados de Alcântara. Esses fatores tornavam a Camboa e a Liberdade locais privilegiados pelas gentes vindas dos povoados.

A localização estratégica dos portos que, na capital, estava ligada ao fluxo comercial relacionado a feiras e mercados e às fábricas de tecidos¹⁸, permitia a chegada de mercadorias e de pessoas, oriundas dos diversos povoados. Como os *argonautas* de Malinowski (1976), esses pescadores/agricultores/artesãos são também navegadores e como ocorre no *kula*, suas movimentações integram uma rede de relações complexas. Em Santana de Caboclos, a circulação de alimentos enviados a parentes na capital ou outras localidades, via os portos, *materializa ou expressa redes estabelecidas entre os ofertantes e presenteados*. (GOMES ; CARDOSO, 2006, p. 123).

¹⁸ As fábricas (Camboa, Roma e Carioca) estavam localizadas às margens do Rio Anil e tinham seus próprios portos para embarque e desembarque da matéria - prima vinda do interior. (LUZ SILVA, 2007, p. 41)

também testemunharam o deslocamento de um grande contingente de moradores vindos do interior para a capital.

Num período mais recente, entre as três últimas décadas do século XX, a diminuição do fluxo entre os portos é percebida, incluindo aí o transporte da produção camponesa e, neste sentido, Luz Silva (2007), informa que a construção de estradas para os municípios da Baixada e a instalação das balsas (ferry-boat) para travessias de veículos leves e pesados e pessoas entre a Ponta da Madeira (São Luís) e Cujupe (Alcântara) contribuiu para o declínio do uso de embarcações, mas apesar disso o fluxo entre os portos resiste e o transporte de passageiros e da produção camponesa se mantém. Em relação ao Porto da Praia Grande, Noronha (2007) aponta um fator que contribuiu para a diminuição do seu uso – a expansão de São Luís, na qual a construção da ponte ligando o centro ao bairro do São Francisco, fez com que o transporte deixasse de ser apenas marítimo, conseqüentemente o movimento nesse porto enfraquece. No seu trabalho Noronha (2007), destaca um depoimento que narra as transformações pelas quais São Luís passa, indicando a mudança dos entrepostos comerciais que estavam ligados à existência de portos:

Geralmente atribui-se isso a uma estagnação econômica. [grifos do autor]. A partir da década de 40 [do século XX], São Luís entrou em um processo de estagnação econômica por conta da abertura das rodovias, da mudança do fluxo de mercadorias e comércio, que deixou de ser portuário e passou a ser via terrestre. [grifos meus] A importância de outras cidades, a influência do sudeste aumenta neste momento, e São Luís perde este posto de capital comercial e se transforma mais numa cidade administrativa que outra coisa.[grifos do autor] E atribui-se a este processo de estagnação econômica a preservação do centro. (CG- FUMPH, 2007 apud NORONHA, 2007, p.67).

Outro fator é apontado por Luz Silva (2007), para a redução do fluxo das embarcações entre os portos de São Luís e de Alcântara, foi a queda da produção camponesa relacionada ao decreto de desapropriação para instalação do Centro de Lançamento de Alcântara - CLA, na década de 1980²⁰, na qual as condições de produção dos camponeses é atingida quando as famílias são deslocadas para terras inférteis e distantes de seus lugares de origem cujos ecossistemas característicos asseguravam recursos suficientes para a sua reprodução material e social.

²⁰ Sobre a questão do remanejamento compulsório de centenas de famílias provocado pela instalação da Base, Cf.FERNANDES, 2001; ALMEIDA, 2002; PAULA ANDRADE, 2001; SOUZA FILHO; 2006; SOUZA FILHO, 2003; MARTINS, 1994.

O declínio da produção camponesa dos povoados de Alcântara foi registrado como um dos impactos decorrentes desse projeto, refletido na rápida redução de um dos principais produtos da dieta alimentar das famílias, a farinha, considerada em alguns depoimentos como *sagrada*. Como dizem: “a verdadeira fome, a mais triste, é a fome de farinha”. (PAULA ANDRADE, 2006, p.45). A produção da farinha de mandioca foi afetada pelo esgotamento dos solos nos lotes destinados às famílias remanejadas²¹ para as *agrovilas*. Almeida (2006), mostra dados relevantes concernentes à redução de 45% da área destinada ao cultivo do arroz e da mandioca, conforme os Censos Agropecuários de 1985 e 1996. E como consequência, o autor aponta para o intenso fluxo dessas famílias para a sede municipal de Alcântara e para São Luís. Sobre esses dois principais produtos do município, é importante frisar que a queda da área produtiva abala consideravelmente a economia local, conforme as informações de Barros Bello:

Este fato revela-se particularmente relevante quando se constata, tomando por referência o valor da produção registrado no Censo Agropecuário de 1996, que estes dois produtos são responsáveis por cerca de 80% da lavoura temporária do Município, o que corresponde a mais de 40% de toda a lavoura alcantarenses (lavoura temporária mais lavoura permanente)... A redução e estagnação da produção de mandioca em Alcântara revelam-se particularmente preocupantes quando, além da significância do produto na lavoura do Município, se considera também que, segundo a Contagem da População de 1996, 74% dos seus habitantes (14.050 pessoas) vivem na zona rural.(BARROS BELLO, 2002, p.1 apud ALMEIDA, 2006, p. 55).

A intervenção do Estado Brasileiro em Alcântara provocou alterações significativas não só no volume da produção, mas nas relações sociais construídas por esse segmento e Fernandes faz as considerações :

As principais transformações verificadas para o segmento deslocado compulsoriamente para as chamadas **agrovilas** [grifo do autor], dizem respeito a mudanças verificadas notadamente na organização espacial dos locais de moradia e trabalho. Estas acarretaram profundas modificações na organização econômica e social dos grupos deslocados, a partir da adoção de um modelo de “reassentamento” agrícola parcelar (..) A adoção histórica do “sistema de uso comum da terra”, pelos grupos habitantes dos povoados localizados dentro e fora da área do Decreto de Desapropriação, correspondia a um conjunto de regras econômicas e sociais acatadas consensualmente que se materializavam na organização espacial. (FERNANDES, 2001, p.16-17).

²¹ Foram 21 povoados remanejados compulsoriamente para sete agrovilas: Marudá, Peptal, Só Assim, Cajueiro, Espera, Ponta Seca e Peru (FERNANDES, 2001, p.170).

Ao observar o porto da Rua dos Veleiros, na Camboa, e conversar com o Sr. Bié, que ali trabalha, percebe-se que o movimento de barcos transportando mercadorias não é tão expressivo como outrora, conforme informado pelo próprio barqueiro e também pelos autores citados, embora o porto ainda mantenha cotidianamente o transporte, agora reduzido à madeira de mangue, também chamado *pau do mato*, carvão, pequenos animais (suínos, aves), pessoas e utensílios domésticos. Não mais se registra o expressivo volume de produtos agrícolas dos povoados, quando comparado à produção²² de mais de quarenta anos atrás quando, segundo Linhares (1999), esse fluxo tinha relevante expressão para o comércio de São Luís. Luz Silva (2007) descreve dois relatos de informantes que ilustram essa situação e se referem a um tempo pretérito, tratando do intenso movimento de barcos e mercadorias nesses portos:

Era difícil faltar barco nesses portos, era uns chegando e outros saindo, ali no portinho era muito barco geleiro, freteiro...Dessa Baixada todinha vinha barco freteiro. Aqui não vinha fruta de fora, vinha tudo de canoa dos interior, nesse tempo produzia muita coisa.[grifos do autor] (José Garcia apud LUZ SILVA, 2007; p. 34).
 (...) Essas embarcações trazia a mercadoria, os comestíveis do interior para cá...Quem trazia peixe trazia, quem trazia carvão trazia, quem trazia abacaxi trazia e sempre aquele movimento pai d'égua. As mercadorias tudo vinha do interior. [grifos do autor] (OSMAR apud LUZ SILVA, 2007, p. 35).

Alguns autores sugerem a instabilidade provocada nos diferentes povoados pela instalação da base de lançamento de artefatos espaciais²³, como o principal fator para a vinda de grupos de pessoas do interior de Alcântara para a capital na década de 1980. Luz Silva colhe depoimentos que indicam a influência da implantação do CLA - Centro de Lançamento de Alcântara nos deslocamentos de alcantarenses para alguns bairros de São Luís:

Aqui teve invasão demais. Teve uma época aí que aumentou foi muito. Na década de 80 (1980) vinha muita gente. Durante menos de um ano, eu só via era gente passando, era com madeira, era com tudo [destaques do autor] (Dona Vitória Coelho, se referindo a intensificação do processo de ocupação dos bairros Camboa e Liberdade.(apud LUZ SILVA, 2007; p.17)

Na sua pesquisa Linhares (1999) também aponta como uma das causas para o deslocamentos de moradores dos povoados Forquilha e Flórida, em Alcântara, a implantação

²² Em Linhares (1999), vê-se a relação dos principais produtos vindos dos povoados para a capital.

²³ A respeito da situação provocada pelo deslocamento compulsório de milhares de famílias de diversos povoados de Alcântara com a instalação do Centro de Lançamento de Alcântara, Cf. ALMEIDA, 2002; PAULA ANDRADE, 2001 e 2006; SOUZA FILHO, 2006; FERNANDES, 2001; MARTINS, 1994; LINHARES, 1999.

do CLA, apesar de esses locais não terem sido diretamente atingidos pelo projeto. Sua implantação, no entanto, segundo o autor, teria provocado insegurança entre as famílias:

Apesar dos *sítios* Flórida e Forquilha não terem sido de imediato atingidos, algumas benfeitorias constantes em suas posses também foram avaliadas para efeito de indenização e posterior remoção das famílias. Isto causou uma tensão entre as famílias tanto de Flórida, quanto de Forquilha, sendo que nesta última, foi maior o efeito desagregador...O medo, a insegurança quanto ao futuro, são causas que, adicionadas à constatação de experiências problemáticas de remanejamento, lhes compelem a se mudarem para outros lugares (LINHARES, 1999, p. 121).

Em pesquisa sobre o povoado alcantareense denominado Castelo, Silva (2005), remete à instalação do CLA, como um dos elementos determinantes para a mudança de membros das famílias para a capital, conforme o depoimento colhido junto a uma informante, hoje residente na Camboa:

Flavio: Qual foi o motivo que fez o pessoal do Castelo vir para São Luís?

D. Geralda: Teve motivo muito grande, o negócio da Base. Teve um motivo muito grande da Base de Alcântara, jogou muita gente pra cá.

Flavio: Para onde?

D. Geralda: Prá cá prá São Luís, nas invasão.

Flavio: quer dizer que a senhora acha que depois da Base muitas pessoas saíram de Alcântara?

D. Geralda: Muita, muita.

Flavio: Mais do que antes?

D. Geralda: Muito, muito. Não foi só por causa do colégio, não foi não. A Base teve muito haver. Muito, muito, muito mesmo. Ih, muito, muito, muito, foi um horror muito grande. A Base teve muito haver.

Tem um lugar por nome Marudá que é beira de costa, jogou povo prá muito longe. Eles moravam na beirinha da praias, se alimentando, na hora. Fez muito mal prá esse povoado. Da esquina, dessa galeria [Camboa] até chegar na casa do compadre é esse povo todinho é desse lugar por nome Marudá. Essa baixada é tudinho de lá. É um bucado de gente de lá. Não quiseram roçar, a Base fez muito mal pra eles. [grifos meus]

Flavio: Foi?

D. Geralda: O pessoal vão pra lá, pra arrumar um emprego é difícil. O pessoalzinho de Alcântara não tão conseguindo, quanto mais os daqui. Alguns ainda se empregou mais a maioria veio embora pra cá. Muita gente se viu obrigada a vir. O senhor vê, é muita pobreza mesmo, é desse jeito. Pobre tem muita coragem. (SILVA, 2005, p. 109).

A entrevistada se refere ao povoado Marudá que, conforme a classificação nativa, é *beira de costa*, ou seja, tem proximidade direta com o mar e, ao ser remanejado para as áreas de chamadas de *centro*, aquelas afastadas do mar, as famílias sofreram uma desestruturação profunda no seu modo de produção e em sua dieta alimentar, pois perderam o

acesso aos recursos oriundos da chamada *beira*. Outra mudança após o deslocamento compulsório para áreas no interior do município, onde estão localizadas as agrovilas, diz respeito à comunicação direta que esses povoados localizados à beira mar mantinham com a capital por meio de embarcações.

Ao tratar da formação do bairro da Camboa, (Silva, 2002, p.46), apresenta um gráfico no qual aponta o seu crescimento demográfico na área onde se concentram as habitações em palafita no bairro, tendo um histórico de ocupação a partir da década de 1960, do século XX e as décadas de 1980 e 1990 como as de maior pico no processo de ocupação coincidindo com o período de implantação da Base de Alcântara.

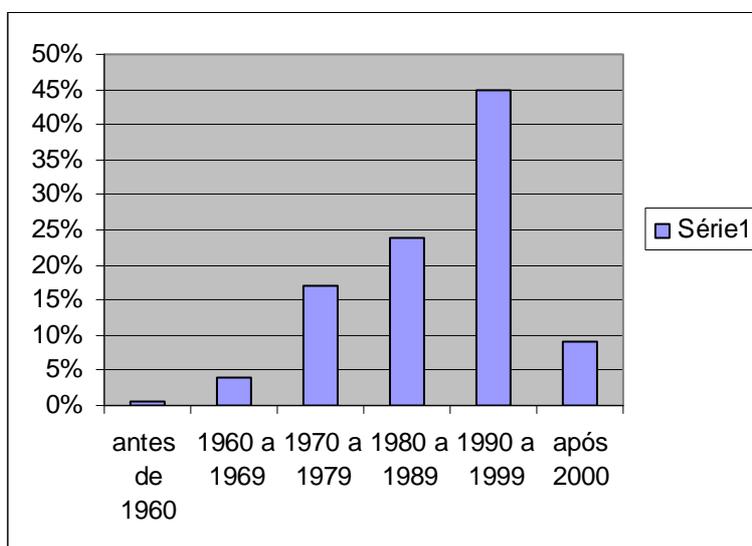


Gráfico 01- Área de palafita do bairro da Camboa: porcentagem populacional por ano de chegada
Fonte: SILVA, Elizeu Oliveira Cardoso , 2002, p.46

Segundo o autor, a população é constituída, em sua maioria, por pessoas vindas do interior do estado, principalmente da designada Mesorregião Norte do Maranhão, que inclui as Microrregiões Baixada Maranhense, Litoral Ocidental Maranhense, Itapecuru Mirim, Aglomeração Urbana de São Luís, Rosário e Lençóis Maranhenses, classificação nos termos do IBGE (2000). Dos municípios dessas regiões, Alcântara apresenta 23% da totalidade de pessoas que formam o bairro, ficando atrás somente da capital, que apresenta um índice de 32% dessa população (SILVA, 2002, p. 48).

Percebo que os fluxos passam a significar a fixação, em São Luís, de membros das unidades familiares dos povoados, formando uma base de apoio na capital aos que permanecem nos interiores e buscam tratamento de saúde ou um centro comercial mais atrativo. A procura por trabalho e por escola também se constituem em fatores preponderantes na constituição dessa rede de relações entre as localidades. No povoado

permanecem os outros membros da família que continuam produzindo alimentos. Com relação ao distanciamento entre membros dos grupos, remeto à afirmação de Moura (1988) “Ao menos no que toca ao camponês brasileiro, não é possível confundir distância com rompimento. À separação física da família não corresponde a separação social: quem é parente, ativa, à distância, essa condição”. (MOURA, 1988, p. 28)

A despeito da distância geográfica, os vínculos entre pessoas dos povoados de Alcântara e da capital, segundo Andrade (2006), são *cotidianos, vivos e duradouros* e ilustra isso a partir da etnografia realizada no povoado Mamuna, no âmbito pesquisa intitulada “Produção de alimentos e cultura alimentar: uma avaliação das formas de obtenção e consumo de alimentos em comunidades agro-extrativistas de Alcântara”.²⁴ Em Mamuna, a autora observa as minúcias desse relacionamento, a saber:

(...) nos chamou atenção nesse sentido foi o relato do desaparecimento de redes da praia de Mamuna. Vez por outra soe desaparecer algum apetrecho de pesca de moradores do povoado. Relatam que nesses casos, costumam dirigir-se ao bairro do São Francisco, da Camboa ou da Liberdade, procurando o dono da embarcação que observaram ter passado no dia do desaparecimento do objeto, para reclamar sua falta. Explicaram que conhecem as embarcações do “outro lado”, referindo-se aos barcos pertencentes a pescadores de São Luís (..) Controlam, do povoado – assentado estrategicamente no alto, de onde avistam a praia – os que navegam em suas águas, os que aí estiveram ancorados (“encostou uma canoa motorizada de pescar no alto, da Camboa, e ficou lá três dias”) ou o horário em que por ali passaram, calculando quem possa ter levado o objeto desaparecido (...) Mais uma vez, os relatos nos chamam a atenção para o fato de que a baía é vivida por eles como uma espécie de prolongamento de seus territórios. O que pode ser experimentado por muitos de nós como um obstáculo às vezes difícil de ser transposto – uma travessia sofrida aos não acostumados a mares bravios em certas épocas do ano – para os integrantes desses grupos representa um espaço familiar, transitado, cruzado cotidianamente. Ir e vir a São Luís, observar o chamado “outro lado” muitas vezes como parte, como prolongamento de seus territórios ou como um mundo desconhecido – lá onde se encontram os conhecidos, os parentes, os comerciantes ou os poderosos antagonistas – faz parte da vida desses grupos (PAULA ANDRADE, 2006, p. 37).

Essa é uma situação que tem chamado a atenção dos estudiosos contemporâneos e que vem motivando investigações sociológicas, a exemplo de Silva (2005) que buscou apreender elementos das relações que unem os moradores da Camboa e Liberdade ao povoado Castelo. Nesse trabalho, a festa de Nossa Senhora da Batalha é apontada como um ritual que garante a manutenção da identidade do grupo e a identificação entre os que moram no povoado e os que residem em São Luís. O autor destaca em seu estudo a presença de pessoas

²⁴ PAULA ANDRADE, 2006.

de Castelo no bairro da Camboa *como estratégia de ampliação comunitária* para o que ele denomina de a *comunidade dos pretos do Castelo*, povoado alcantareense que tem presença significativa de pessoas daquela localidade nesse bairro. Estas, ocuparam a margem direita do Rio Anil, nas proximidades da Ponte Bandeira Tribuzzi. O pesquisador não aponta o quantitativo de pessoas do povoado, nem a configuração social das unidades familiares formadas na capital.

Por sua vez, Luz Silva (2007), em seu estudo, destaca o papel das embarcações e a circulação da produção camponesa entre Alcântara e São Luís, ressaltando a existência de portos, especificamente da Camboa e Liberdade, como *“locais de descarga e venda de parte da produção camponesa, mas também como lugar de residência de extensa rede de parentes, compadres e amigos desses moradores de Alcântara.”*(2007).

Linhares (1999) quando se refere à circulação da produção camponesa por via marítima, chama a atenção para a importância dessas vias de comunicação, tendo como referência os portos localizados na capital, para os moradores dos povoados de Alcântara e de alguns bairros de São Luís. Os portos em Alcântara tornam-se importantes para aquelas pessoas que se utilizam das embarcações, principalmente para envio de produtos para comercialização, material para construção ou melhoria de casas (tábuas, madeira) ou envio para o interior de utensílios domésticos. Mesmo os povoados distantes da sede, que não são servidos por portos, se utilizam daqueles de lugares próximos, a exemplo do povoado de Santana de Caboclos que se serve do porto de Itapuaua através da embarcação do Sr. Bié. Essa lógica do deslocamento para a capital por outros portos que não o da sede, deve ser explicada pela distância entre os povoados e o principal porto do município.

Ao tratar das relações econômicas entre Alcântara e a Ilha de São Luís, através dos portos, Linhares mostra as vantagens dessa relação, para os dois lados:

Aqueles [camponeses e a Ilha de São Luís] traziam a produção primária de boa qualidade e com preços baixos, que esta precisava para alimentar uma população pobre e sempre crescente. Em São Luís os camponeses encontravam os produtos industrializados que não produziam, as escolas que seus filhos não tinham acesso no interior de Alcântara e terrenos periféricos em abundância para se estabelecerem. (1999; p. 114).

O autor chama a atenção para a boa qualidade e o preço baixo da produção, certamente numa valorização ao camponês no primeiro caso e quanto ao baixo preço, isso se justifica pela ausência do atravessador, ocorrendo aí uma negociação direta com os feirantes da capital.

2. APRESENTANDO A FAMÍLIA ESTUDADA



Foto 5: Ana Maria e as filhas



Foto 6: Catarino, o filho e um amigo de Santana

A unidade familiar do Sr. Catarino Ferreira, 36 anos, é composta pela esposa Ana Maria Boás de 24 anos, as filhas Amária de nove anos, Edmária com seis anos, Carleilson de onze anos e Denilson de quatro anos. O filho mais novo foi adotado pela tia do seu Catarino, dona Zelinda, que reside na Camboa, em uma rua atrás da sua. Os filhos estudam em escola pública no bairro e a família recebe *bolsa família*.²⁵ Quando perguntei porque eles deram o filho, Ana me explicou que a criança nasceu prematura e desnutrida, passando vários dias no hospital e, mesmo depois que foi para casa, teve pneumonia, encontrando-se sempre doente. Nesse período, seu Catarino estava trabalhando para terceiros e pescava de *espinhel*²⁶, e então segundo eles, passavam necessidades. Vendo o sobrinho nessa situação, dona Zelinda ofereceu-se para cuidar do menino, que estava com seis meses e desnutrido, e os pais aceitaram a proposta. Dona Zelinda prometeu que quando a criança começasse a caminhar ela o devolveria aos pais, tendo no entanto, passado mais tempo do que isto e quando a criança já estava com três anos, ela foi conversar com eles sobre a devolução da criança ou não. No final, todos concordaram que o menino estava melhor com a tia e, segundo o relato da mãe, ele criou mais amizade com a tia, daí dona Zelinda disse que ficaria com ele somente mediante a adoção legal, e assim procederam.

O senhor Catarino conta que nasceu e se criou no povoado assim denominado por seus moradores de Santana de Caboclos. Sua mãe e seus três filhos também, enquanto seu pai

²⁵ Programa do Governo Federal que repassa bolsa às famílias consideradas de baixa renda cujos filhos estudam o ensino fundamental. Bolsa no Valor de R\$ 112,00 (Cento e doze reais).

²⁶ Um tipo de rede com malha muito pequena e no ato da pesca não permite a seleção dos peixes, caindo também os filhotes.

chama-se Manoel, conhecido por Manelão, é pescador e natural do povoado Perizinho, próximo à Santana²⁷. Sua esposa e sua sogra são do povoado Esperança, lugar vizinho à Santana, e seu sogro também é de Santana de Caboclos.

A mãe do Sr. Catarino chama-se Irene Ferreira e é de Santana de Caboclos. É *benzedeira* e *parteira*²⁸, assim como foi sua mãe. Tem seis filhos, dos quais três moram na Camboa, dois em Santana e o outro em povoado do município de Guimarães.

Apresento dois quadros, nos quais estão identificados os membros do grupo familiar do qual o Sr. Catarino faz parte, o parentesco em relação a ele, sua origem e local de residência atual.

Quadro 01: Unidade Familiar de Catarino Ferreira

Nome	Parentesco	Residência atual	Lugar de origem
Ana maria	esposa	Camboa	Esperança
Carleilson	filho	Camboa	Santana de Caboclos
Amária	filha	Camboa	Santana de Caboclos
Edmária	filha	Camboa	Santana de Caboclos
Denilson	filho	Camboa	São Luís

Quadro 02: Parentes de Catarino Ferreira

Nome	Parentesco	Residência atual	Lugar de origem
Manelão	pai	Perizinho	Perizinho
Irene	mãe	Santana de Caboclos	Santana de Caboclos
Edileusa	Irmã por parte da mãe	Camboa	Santana de Caboclos
Edilene	Irmã por parte da mãe	Santana de Caboclos	Santana de Caboclos

²⁷ CARDOSO, 2005.

²⁸ *Benzedeira* é quem faz benzimentos nas pessoas que a procuram, através de rezas no caso de doenças. *Parteira* é quem faz o parto na casa das parturientes.

Irenilson	Irmão por parte da mãe	Santana de Caboclos	Santana de Caboclos
Nicinha	Irmã por parte da mãe	Liberdade	Santana de Caboclos
Genilson	Sobrinho por parte mãe	Santana de Caboclos	Santana de Caboclos
Zelinda	Tia por parte da mãe	Camboa	Santana de Caboclos
Cecília	Prima por parte da mãe	Camboa	Santana de Caboclos
Berenice	Irmã por parte de pai	Santana de Caboclos	Santana de Caboclos
Romival	Irmão por parte de pai	Camboa	Perizinho
Zé Prego	Irmão por parte de pai	Sumidouro	Perizinho
Ana	Irmã por parte de pai	Perizinho	Perizinho
Seu Rosa	Irmão por parte de pai	Perizinho	Perizinho
Gongo	Irmão por parte de pai	Estado do Mato Grosso	Perizinho
Célia	Irmã por parte de pai	Alcântara	Perizinho
Dulciane	Irmã por parte de pai	Não soube informar	Perizinho
Leiliane	Irmã por parte de pai	Camboa	Perizinho
Dulciléia	Irmã por parte de pai	Cidade Olímpica	Perizinho
Evaristo	irmão por parte da mãe	Oiteiro (Guimarães)	Santana de Caboclos
Meloso	Tio por parte de mãe	Alcântara	Perizinho
Hemetério	Tio por parte de pai	Camboa	Perizinho

As informações sobre o lugar de origem do grupo são interessantes no sentido de que estou tratando de um segmento da população maranhense que apresenta uma singularidade no tocante a sua formação, sendo reconhecidas como comunidades *remanescentes de quilombos* e fazem parte de um grande número de povoados que se reproduz secularmente no município de Alcântara, correspondendo a diferentes situações históricas e etnológicas, com especificidades territoriais e étnicas, compondo o que Almeida (2002), denomina de “territórios étnicos”. Conhecer a origem dos agentes sociais remete à sua organização social e permite pensar nos limites da tessitura da rede de relações sociais e identitárias que supõem existir entre essas pessoas e seus lugares.

O povoado, entendido enquanto uma unidade de agrupamento territorial do referido grupo social, situa-se a cerca de 44 km da sede do município e a oeste deste, em uma área considerada por eles como de *centro*, denominação atribuída às localidades que não têm acesso direto ao mar. O local de moradia, por outro lado, é designado por seus moradores como *sítio* e,

Esta interação entre os *sítios* da ‘região’ que estão num posição mais continental, com aqueles de posição litorânea é uma particularidade que não se pode deixar de

compreender. Estes funcionam como uma extensão social daqueles e vice-versa. Neste contexto a territorialidade só pode ser entendida sob o ponto de vista das relações sociais perpetradas entre os agentes sociais que habitam um ambiente e o outro. Há parcerias e trocas intensas entre esses **sítios**. As relações de compadrio também estão presentes e contribuem para o estreitamento dos laços existentes e até mesmo à sua ampliação. Nessa interação onde as parcerias em atividades econômicas (a pesca, por exemplo) e o compadrio se sobressaem o componente geográfico, muitas vezes, perde o sentido (LINHARES, 1999, p. 108).

Tomando as considerações do autor, pretendo pensar o grupo a partir das relações sociais intrínsecas às suas especificidades territorial e étnica que levam em conta os elementos apontados. A localidade é conhecida por seus habitantes como *terra de santíssima* ou *terra de santíssimo* e também como *terra de caboclos*. Constatado que a primeira designação é uma incógnita dado o desaparecimento de registros no cartório de Alcântara, confirmada em pesquisa jurídica realizada no Cartório do 1ºOfício da Comarca de Alcântara por Shiraishi Neto (1998), ao relatar a não existência dos livros de registros de imóveis importantes para a identificação jurídica da área denominada Santana de Caboclos.

Segundo a investigação, não há referências nos livros de escritura e registros de imóveis mais antigos e supõe-se que Santana de Caboclos se inclui na situação de terra devoluta, por ter retornado ao Estado diante da extinção da ordem religiosa²⁹ ou ainda pelo fato de não ter sido regularizada conforme a Lei de Terras do Brasil de 1850. Diante das informações obtidas no citado Cartório, *especula-se* que Santana de Caboclos *seja uma única área que abrange Samucangaua e São Lourenço que pertenceram a uma extinta ordem religiosa* (Shiraishi, 1998; p.4).

Conforme GOMES (2004) tem-se conhecimento que no século XIX, com o propósito de fundar e cuidar de cemitérios criaram-se no Maranhão irmandades católicas designadas Irmandades do Santíssimo Sacramento, a exemplo do município de Guimarães, vizinho a Alcântara. Para o autor o indício da presença dessa irmandade em Santana, é a existência do cemitério que serve aos povoados circunvizinhos.

Os moradores dizem que a terra pertence à Santa, como revela um informante: *Os antigos contam que a santa foi achada na pedra do rumo. Que a terra é da Senhora Santana.* (Seu Jonjoca, morador de Santana, em 02/05/04) (CARDOSO, 2005). No entanto, há necessidade da realização de etnografias que dêem conta dessa realidade.

Em relação à denominação de *terra de caboclos*, há indícios da existência de grupos indígenas, que segundo GOMES (2004), existia uma freguesia fundada pelos Jesuítas, com sede no aldeamento indígena de São João de Cortes, nos períodos colonial e imperial,

²⁹ A esse respeito consultar Mourão Sá, 2007.

com o propósito de catequizar os índios naquela região. Um morador também nos informa sobre a presença indígena ou seus descendentes, quando fala sobre a denominação Santana de Caboclos: “*Santana de Caboclo é porque a terra antigamente era de índio. Índio trabalha, pois existe uma camboa de pedra em Itauaçu, que foi serviço de índio. Também é serviço de índio a gaiola, a rede* (Seu Jonjoca, morador de Santana, em 02/05/04) (CARDOSO, 2005).”

Sobre essas designações Almeida afirma: *mais que meros termos ou expressões, consistem em categorias classificatórias que apontam para as características intrínsecas e plurais da identidade étnica dos agentes sociais em questão.*(ALMEIDA, 2006, p. 52).

A identidade étnica do grupo se constrói, também, a partir da relação mantida com os recursos naturais, com a terra:

Estamos diante de um sistema de crenças que liga esses camponeses à terra, levando-os a percebê-la e aos demais recursos básicos como dádiva divina e, portanto, para serem usufruídos por todos os membros do grupo. (ANDRADE, 2001, p. 2).

As técnicas de manejo são desenvolvidas a partir da relação harmoniosa que mantêm com a natureza, que dita o tempo de pescar, o tempo de plantar, o tempo de cultivar, o tempo de colher. O saber se revela nos depoimentos: “*nessa época o caranguejo já andou, pois quando ele anda três vezes, então tá bom de pegar*” e ainda, “*na época do milho, o caranguejo já andou e tá gordo.*” (Helena, moradora de Santana de Caboclos, em 02/02/05) (CARDOSO, 2005)

Em relação ao cultivo da denominada *roça* os saberes se referem ao plantio de acordo com o período lunar. *Quando se planta no escuro*, (quando a lua está minguante), *alguns bichos comem a plantação, o pulgão, tatu, saúva.* (Dalina, moradora de Santana de Caboclos, em 10/08/04). Segundo ela, o plantio deve ser realizado de preferência *no luar* (lua cheia). Algumas mulheres de Santana com quem conversei sobre o assunto, me informaram que os dias 7, 17 ou 27 e 18, 19 ou 20 no mês de janeiro são bons para plantar e o plantio depende da chuva, se chover cedo planta-se cedo, se chover tarde planta-se tarde (CARDOSO, 2005).

Quando se trata da atividade de pesca e mariscagem, os trabalhadores dominam um saber relacionado com a lua e o mar. E dizem que no período da *lua de quarto*, tem-se a *maré de quarto* e a pescaria resulta em pouco peixe, pois a maré estará cheia, dificultando a aproximação dos peixes até o que eles denominam de *beirada*, que são as margens. Na denominada *maré puxada* o peixe é capturado em abundância, pois como a maré estará

pequena, as águas são baixas e os peixes se aproximam facilmente das margens do igarapé (CARDOSO, 2005).

Segundo os trabalhadores, no período do chamado *inverno*, ou seja de chuvas, há uma escassez de peixe, pois as chuvas deixam as águas turvas e dificultam a pesca. O contrário ocorre no chamado *verão*, que é o período de estiagem (CARDOSO, 2005).

Assim, a relação que estabelecem com a natureza vem, historicamente, garantindo a manutenção dos seus territórios e a sua reprodução social. E ainda, combinam a propriedade privada das suas casas e quintais com o uso comum de áreas de pastagem, de cultivo, de pesca e extrativismo. Recursos hídricos importantes como rios, igarapés e localidades ricas em produtos extrativistas como os juçarais, os babaçuais e os manguezais também são apropriados e manejados em sistema de uso comum.

2.1 Camboa³⁰ - bairro de residência dos Ferreira em São Luís



³⁰ Segundo o dicionário Aurélio(1998:120) CAMBOA, significa:1. pequena depressão artificial, junto ao mar, com o objetivo de que os peixes que penetrem aí na preamar, fiquem presos na baixa-mar. 2. braço de mar que enche com o fluxo e esvazia com o refluxo da maré.

Foto 7: Vista parcial do rio Anil

O bairro da Camboa situa-se na bacia hidrográfica do rio Anil e as áreas do mangue junto ao Rio Anil se constituíram em locais privilegiados para moradia por famílias oriundas dos municípios da Baixada Maranhense, especialmente do município de Alcântara. O bairro da Camboa exemplifica essa situação, como nos informa Luz Silva (2007, p.25), ao relatar a existência de um local que seria *uma rua alcantareense*, dada a grande concentração de famílias oriundas desse município. Destaca-se por possuir alta densidade demográfica, sendo um dos bairros mais populosos de São Luís, segundo dados do IBGE, com 50 hab/ha.(IBGE,2000).



● Rua dos Veleiros

Figura 1: Vista parcial da Camboa

Fonte: google earth

Nos dados oficiais da Prefeitura, a Camboa aparece como área de risco para contaminação por animais e desabamento, sendo classificada como *ocupação de baixo padrão e urbanização precária sem cobertura vegetal* (ESPÍRITO SANTO, 2002).

A Camboa é vizinha dos bairros da Liberdade, Fé em Deus, Monte Castelo, Sítio do Meio, Diamante e Centro da cidade. Historicamente, o bairro, outrora denominado

Camboa do Mato, era lugar de pescadores quando, em 1890, foi instalada uma fábrica de tecidos – a Fábrica de Tecidos da Camboa – trazendo mudanças significativas para a sua formação, com a chegada de operários que residiam em casas populares ali construídas para eles (VIEIRA FILHO, 1971; FERREIRA, 1999 Apud LUZ SILVA, 2007).

A vinda do senhor Catarino, esposa e filhos para o bairro onde já residiam sua irmã e tios, data do início da década de 2000, e a sua permanência neste local, está relacionada ao apoio recebido de parentes e de conhecidos seus, dos povoados de Alcântara que ali encontrou, como demonstra o seu depoimento:

Fui só pra passar natal e ano em São Luis e não voltei mais. Levei uma rede de pesca e fui ficando, ficando. Meu tio me arrumou a casa dele que ele não morava lá, uns e outros foram me ajudando com panelas velhas, fogareiro e assim foi. Quando eu comecei a pescar em São Luís eu usava o *musiar*. E como tava tirando muito peixe e vendendo tudinho na avenida, meu tio me convenceu a ficar. Na avenida (local que acontece uma feira na Camboa) eu tive ajuda de conhecidos meu do interior, que me emprestava a balança quando chegava freguês e depois me arranjaram uma balança velha. Como meu peixe era fresquinho, a freguesia foi só aumentando” (Santana de Caboclos, em 27/07/07).

Como se pode depreender do depoimento, o trabalhador chega munido de seu instrumento de trabalho principal, a rede de pesca, ou seja, traz com ele a possibilidade de sobreviver no meio urbano, situação bem distinta daqueles maranhenses que migram para cidades como Rio ou São Paulo e oferecem uma mão de obra não especializada para trabalhos na construção civil ou em grandes plantações de cana ou frutas. Outra variável, que torna sua entrada na cidade bastante favorável é a rede de parentes e lhe emprestam a balança, enfim, toda uma rede de solidariedade baseada em laços de parentesco e vínculos étnicos acionados no novo meio.

O trabalhador se encaixa em um nicho de mercado ainda possível num grande centro urbano, livre de pagamento de impostos, o que lhe permite uma movimentação totalmente autônoma e, deste modo, pode recriar, no meio urbano, a independência que vivia no local de origem.

Se pensarmos nos termos de Barth quando estuda os Pathan, embora as situações difiram etnologicamente, poderíamos dizer que seu Catarino exhibe, aqui em São Luís, uma performance de pescador que está conforme ao “modelo nativo” compartilhado por aqueles de seu grupo de origem (Barth, 2000, p. 72) e é desta que seu comportamento é avaliado. Assim, a fronteira étnica se mantém do lado de cá da baía de São Marcos e os laços de solidariedade funcionam imediatamente. Sua afirmação como pescador no novo lugar é, portanto, um

prolongamento de sua atividade no local de origem dentro do mesmo quadro de valores que orientam a autonomia e a independência da economia desses grupos, como tem sido apontado pelos clássicos do campesinato.

Ao se expor na avenida para vender seu peixe, seu Catarino sustenta um comportamento público (“estava tirando muito peixe e vendendo tudinho na avenida”), como diz Barth, diante de parentes e conhecidos do interior.

O argumento básico é que as pessoas sustentam sua identidade através do comportamento público, que não pode ser avaliado diretamente: em primeiro lugar, deve ser interpretado com referência às alternativas existentes. As identidades étnicas funcionam como categorias de inclusão/exclusão e de interação, sobre as quais tanto ego como alter devem concordar para que seu respectivo comportamento seja significativo (BARTH, 2000, p. 90).

Um dos indicativos dessa agrupação com base em elementos de caráter étnico é o fato de os alcantarenses, oriundos de povoados, se reunirem em ruas e bairros específicos na cidade de São Luís, formando bairros inteiros e depois constituindo grupos de bumba meu boi, promovendo festas de santo, encontrando-se nos terreiros de mina, juntando-se nas feiras livres para vender o pescado. Ou seja, há toda uma recriação/permanência do universo camponês de Alcântara e de toda a Baixada Maranhense na capital. A escolha do local para residência, segundo seu Catarino, está ligada ao fácil acesso a essas áreas de mangues para moradia. Percebe-se, porém, que a solidariedade dos parentes e conhecidos do interior foram determinantes para sua escolha, principalmente no tocante à cessão de uma casa, realizada por seu tio. Sobre o *musiar*, trata-se de um instrumento de pesca confeccionado com talas extraídas do mangue, mas em São Luís seu Catarino improvisava com roda de bicicleta velha que conseguia gratuitamente em uma oficina na Camboa.

As condições ecológicas também se mostravam atraentes para seu Catarino, dada a proximidade do *igarapé* que rodeia sua casa, facilitando uma espécie de porto que, segundo ele, é o seu *quintal*:

A pescaria aqui pra mim, tem retorno até mais fácil porque eu pesco, no mesmo dia que eu pesco eu já tô vendendo, eu já tô com o dinheirinho no bolso, pra remediar a situação() porque o portinho bem aqui na beira da minha casa, posso dizer que é o meu quintal. (Depoimento em 30/06/07)
 ()Na avenida (local que acontece uma feira na Camboa) eu tive ajuda de conhecidos meu do interior () tava tirando muito peixe e vendendo tudinho na avenida.

Para Barth(1976), as condições ecológicas, que ele chama de *nicho ecológico*, não são deterministas, porém contribuem para definir a existência de grupos, como os pastores, os

pescadores. E seu Catarino percebe que o entorno lhe é propício a exercer sua atividade de pescador plenamente, então, não é o simples fato de ser próximo ao mangue que faz com que o pescador faça a opção da moradia, mas o critério fundamental está relacionado à proximidade com o que chama de *portinho*, facilitando sobremaneira sua atividade de pescador e, ao mesmo tempo, a de vendedor, portanto é uma escolha baseada em razões ecológicas e estratégicas nos dois sentidos – da produção e da comercialização. Ali ele encontrou facilidade de acesso ao *igarapé* para sua prática de pescador e o mercado (avenida) para comercializar o produto do seu trabalho.

2.2 A casa, a rua e o Igarapé

Conforme já referido, o Sr. Catarino, esposa e filhos residem na Rua dos Veleiros no bairro da Camboa. Tal rua é próxima ao Porto da Rua dos Veleiros, situado sob a ponte Bandeira Tribuzzi, que serve de desembarque dos produtos oriundos de diversos povoados de Alcântara, em especial, produtos como o carvão, madeira de mangue e parte da produção agrícola camponesa, atualmente em menor escala. Do lado direito da rua a maioria de casas, cerca de 35, estão em terra firme e, do lado esquerdo, todas as demais são construídas em sistema de palafita,³¹ à exceção de duas, em alvenaria. Nos fundos das casas encontra-se o rio. A rua, que desemboca no rio Anil, não é pavimentada e constantemente os próprios moradores improvisam barreiras de proteção à beira do mangue. É servida de água encanada, luz elétrica e coleta de lixo, porém não conta com esgotamento sanitário.

Na rua existe um comércio tipo mercadinho, um bar com sinuca e dois comércios de produtos alimentícios, além de vendas de verduras improvisadas na porta, todas junto às residências palafitadas. Além do Sr. Catarino, existe um pescador na rua, que trabalha com ele, sendo remunerado semanalmente, conforme a produção daquele período; um proprietário de um barco a motor, que realiza o transporte do interior para São Luís e vice-versa. Os demais moradores da rua exercem ocupações que variam entre trabalhadores na construção civil, empregadas domésticas, vendedores ambulantes, vendedores de carvão.

Observei que existe a comercialização de carvão, incluindo a venda do produto na Avenida Camboa por moradores locais e a venda no atacado, sendo que, em várias ocasiões, presenciei comerciantes embarcando grandes quantidades em caminhões e carros menores, como caminhonetes. Um morador me informou que são revendedores em supermercados e

³¹Conforme o dicionário, palafita trata-se de estacaria que sustenta habitações lacustres. (XIMENES, 2001).

outros tipos de comércios em São Luís. Na rua existem ainda quatro depósitos de carvão, sendo dois no lado direito, um em alvenaria, outro em madeira e dois construídos com tábuas de madeira ao lado do mangue. Existe também uma igreja da Assembléia de Deus, no lado direito da rua.



Foto 8: Rua dos Veleiros

Várias pessoas moradoras da Rua dos Veleiros são oriundas de Alcântara, dos povoados Santo Inácio, Brito, Peroba de Cima, Manival. Outras são de diferentes municípios da região da Baixada Maranhense, a exemplo de Viana, Matinha e Guimarães.

A moradia da família do Sr. Catarino é uma casa tipo palafita que denominam como *casa perna de palito*, edificada sobre o mangue com a reutilização de diferentes materiais. As paredes são construídas com tábuas de compensado, forradas com lona plástica preta, banners e material reaproveitado de publicidade. São usados madeira de mangue que, segundo Catarino, vieram do interior para a estrutura das paredes, sendo coberta com telha de amianto do tipo conhecido por *brasilit*. A casa tem um corredor e um quarto com piso de tábuas que, no decorrer da pesquisa, foram aterrados. O quarto, local em que toda a família dorme, é mobiliado com uma cama de casal, redes e um guarda-roupa. A moradia conta com uma cozinha mobiliada com uma mesa redonda, um fogão novo, uma geladeira bem conservada, armários improvisados, um no chão e outro na parede, com tábuas de madeiras reaproveitadas e restos de compensado; uma área de fundo na qual guardam o material de pesca e o quintal, local privilegiado pelas crianças para suas brincadeiras, e onde estão localizados um banheiro e um lavatório de louças. No banheiro não existe fossa e vaso

sanitário, somente uma torneira com um balde e uma porta que abrange só metade da parede, onde a pessoa fica com a parte superior do corpo exposto. A sala é mobiliada com uma estante contendo um aparelho de som, duas cadeiras de plástico e um velho sofá, transferido para a área do fundo. Parte dessa área é designada por eles como *quintal*, usado entre outras atividades como local de brincadeira das crianças.



Foto 9: Quintal da casa



Foto 10: Amária, Edmária e Vanessa

A sala tem o chão batido, pois já foi aterrada, *entulhada*, como dizem, e pude acompanhar, no decorrer da pesquisa, alguns momentos do processo. Primeiramente, dependem de quem possa doar o *entulho*; depois é necessário pagar o transporte; em seguida, o *entulho*, que é o material oriundo de construções demolidas, é separado conforme o material que o compõe, que pode ser ferros, pedaços de madeira, pedras, tijolos inteiros e outros materiais que não servirão para a compactação do mangue. Para tanto usam preferencialmente pedras, tijolos quebrados e barro compactado. O trabalho é realizado por todos os membros da família e, por vezes, contam com a colaboração de vizinhos.

A unidade familiar reside num local considerado pelos planejadores oficiais como sendo de risco social, em condições não desejáveis – casa de palafita, sem saneamento e estrutura adequada. Eles, porém, não demonstram viver em situação vulnerável, mas, ao contrário, seu desejo é permanecer naquele local, alimentando sonhos de melhorar a residência, pois, o mangue pode ser aterrado, a casa pode ser melhorada com o uso da alvenaria. A este respeito, seu Catarino revelou que pretende fazer toda a parte da frente da casa e as paredes laterais de alvenaria, colocando piso na sala, no corredor e no quarto ainda este ano. Disse até ter comprado um tapete azul para colocar na sala e que vai pintar a casa da mesma cor para combinar, revelando que, para além dos sistemas de classificação oficiais, essas famílias mantêm seus próprios critérios estéticos e de avaliação de suas condições de moradia e bem estar.

A forma como vivem no ambiente do bairro me fez pensar sobre algumas questões tratadas por Damatta (1997) em seu trabalho “A casa e a rua” que, segundo o autor, são categorias sociológicas por meio das quais se pode inferir oposição, complementariedade e contrastes e que nos possibilitam pensar a sociedade brasileira. Trazendo a reflexão para um caso particular, eu diria que essas categorias somadas à categoria nativa *igarapé*, contribuem para pensar a relação que o grupo estudado tem com o lugar, no qual se refazem enquanto uma família camponesa no meio urbano, mas guardando certos costumes, certa “maneira de ser” do meio rural. Para o autor os termos *casa* e *rua*:

Não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucinalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas.
(DAMATTA; 1997; p.15)

A casa do senhor Catarino me parece indicar uma situação não apenas de contiguidade, de complementariedade, mas de continuidade em relação aos principais lugares, o *igarapé*, a feira na avenida e com a rua, a partir do momento em que algumas situações são vividas pela família na própria porta da casa, como o trabalho com a rede de pescar, a venda do peixe na avenida ou os momento de lazer. Nessas ocasiões, se voltam para a rua e recebem os vizinhos na porta de entrada. O *igarapé*, por outro lado, o principal lugar de trabalho para seu Catarino, em suas palavras: “*é o quintal da minha casa, o portinho bem aqui na beira da minha casa, de hora em hora, eu desço, inté, sem atolar na lama*”. (Entrevista em 30/06/07). O *igarapé* representa para ele a garantia dos recursos para sua permanência e a transformação desejada.

O interlocutor utiliza a categoria *beira*, referindo-se ao lugar de trabalho, mas que faz parte da sua casa, sugerindo aqui uma situação diferente daquela na qual Velho (1972) demonstra uma oposição entre as noções de *beira* e *centro* da frente agrícola, onde a *beira* é o lugar do lazer, da cidade, da pesca, do pouco trabalho, ao passo que o *centro* se caracterizaria como o lugar do trabalho agrícola, do esforço intenso, do isolamento. Considerando esse modelo, resguardadas as devidas proporções, posso afirmar que para o grupo em questão, a *beira* e *centro* se confundem. A *beira* do *igarapé*, por meio de seu acesso, o portinho, como o lugar de trabalho árduo, intenso, se confunde com a rua, tanto lugar do lazer, da ociosidade, tanto quanto do trabalho, transformando-se mesmo em extensão da própria casa (“é o quintal da minha casa”). Não há, inclusive, aqui, oposição entre casa e lugar de trabalho, pois o

igarapé é uma extensão da própria casa, como seu *quintal*. Haveria, digamos assim, uma promiscuidade entre espaços físicos – casa, rua, *igarapé* – permitindo que a família se realize na cidade, uma vez que seu chefe pode exercer a atividade de pescador muito praticamente dentro de casa e comerciá-lo muito próximo dela. Neste caso, a família teria conseguido juntar local de trabalho e local de residência num só espaço físico, sem perder seus laços de identidade com o grupo de origem, sem romper com as fronteiras étnicas que a vincula ao povoado Santana, onde tem garantido um lugar.



Foto 11: Porto da rua dos veleiros

No seu povoado de origem, a categoria *centro* é semelhante àquela desenvolvida por Velho (1972, p.102), mas se opõe a outra noção, a de *sítio*. Lá, o *sítio* representaria o que o autor entende por *beira*, ou seja, o local da sociabilidade, das moradias, onde se realizam as festas, onde se descansa, e *centro*, o lugar do trabalho, das *roças*, muitas vezes distantes do *sítio*. Em Santana, existem os *igarapés da Fontinha e do Pagã*, mas estão longe da *beira* e, conforme seu Catarino diz: “lá o *igarapé* é uma dificuldade, é longe, aí eu ficava em Itapuaua e lá o porto fica até na *beira*, né”. Aqui a noção de *beira* é oposta à noção de *sítio*, para Catarino é lugar do trabalho.

Em São Luís, na Rua dos Veleiros, por outro lado, o *igarapé* é público, de usufruto comum, mas também se torna parte da sua casa, misturando-se, em suas representações, a seus bens particulares. Como ocorre no povoado, combinam a propriedade

privada das suas casas e quintais ao uso comum de áreas de pastagem, de cultivo, de pesca e extrativismo. Recursos hídricos importantes como rios e igarapés e localidades ricas em produtos extrativos como os juçarais, os babaçuais e os manguezais também são apropriados e manejados em sistema de uso comum.

Em seu estudo sobre um grupo camponês da Baixada Maranhense, Andrade (1999) remete-se às regras que regem o acesso comum aos recursos da natureza combinados à apropriação familiar e revela:

O trabalho investido na natureza próxima à moradia confere direitos familiares permanentes, não sobre a terra, mas sobre o produto do trabalho, representado pelas casas, cercas, currais, casas de forno, árvores frutíferas e plantas nativas preservadas. Confere ainda, como se verá, direitos familiares temporários, no caso dos roçados, ou seja, das lavouras perenes às unidades domésticas, a cada ano agrícola. Por outro lado, quanto menos presença de trabalho, menos direitos familiares são adquiridos. O que é considerado como nascendo espontaneamente, por obra da natureza, é entendido como pertencente à ordem do comunitário e expresso pelo termo *comum*, ou seja, solto, livre, não aprisionável, não divisível, não alienável. (PAULA ANDRADE, 1999, p. 141-142).

Embora aqui não esteja em jogo a terra, mas o mar, o *igarapé* e o rio, os valores sobre os espaços privado e comum os acompanha, ainda que afetados por ambientes e paisagens diferentes das do povoado. Neste caso, e nesta situação específica, é possível e interessante a integrantes desses grupos carregar consigo, ao migrar, esses valores que orientam a apropriação e manejo de recursos da natureza. É possível compartilhar esses valores na nova situação mesmo com vizinhos não oriundos do mesmo povoado, pois estamos pressupondo uma unidade sociológica e cultural de toda a Baixada Maranhense, tema que não podemos aprofundar neste trabalho.³²

³² No caso dos Pathan, Barth diz: “Além disso, os valores assim realizados são compartilhados, em termos gerais, pelos povos vizinhos, de modo que o sucesso como pathan implica um comportamento que também é admirado pelos não-pathans. A identidade étnica permanece altamente valorizada pelos que a compartilham, mesmo nas situações de contato e continua a ser mantida sempre que isso é possível. Uma compreensão dos mecanismos de fronteira da unidade étnica pathan depende, portanto, da compreensão de fatores específicos que podem tornar impossível ou pouco interessante a manutenção dessa identidade. (BARTH, 2000, p. 78).



Foto 12: Vista do rio Anil



Foto 13: Desembarque

O uso do banheiro também me fez pensar na forma pela qual a família vivencia esses espaços. Os pescadores que acompanham seu Catarino na pesca ou os que alugam a canoa para extrair caranguejo, ao término do trabalho se dirigem para a sua residência. Lá, acondicionam o produto de seu trabalho em cestos de palhas, chamados *cofos*, guardam os instrumentos de captura, fazem os acertos de contas e usam o banheiro para o banho sem nenhuma cerimônia diante da presença da dona da casa ou de visitas estranhas a eles, ainda que o banheiro, como local do banho e de satisfação das necessidades fisiológicas, e que na concepção da pesquisadora, seria o espaço mais íntimo e privado da casa, nesse momento, torna-se o lugar de uso público, dos que são de outras casas, de fora. Ao mesmo tempo, essas pessoas são os que usufruem dos mesmos recursos naturais do dono da casa, realizando trabalhos conjuntos e que mantêm com ele laços de parceria em atividades econômicas.

Em seus depoimentos, a *rua* surge enquanto categoria polissêmica e como oposição à *casa* quando explicitam o que entendem como a *violência* do bairro, dos traficantes e assaltantes que atuam embaixo ou em cima da ponte, no bairro da Liberdade, e de alguns desses personagens que são conhecidos ou que são, em alguns casos, até vizinhos. Nesse caso, a *rua* significa o que classificam como estando *lá fora*, no âmbito do universo não controlado, do mundo violento, com regras sobre as quais não têm controle. Nessas situações, a *rua* se tornaria, segundo eles, indesejável. Outra significação que dão a essa categoria é quando se dirigem ao comércio. *Ir pra rua*, nessas situações significa fazer compras e, em outras, trabalhar (vender o peixe). Em outras, ainda, *estar na porta da rua*, fazendo festa, escutando música ou trabalhando (consertando rede), significa o mesmo que *estar em casa*.

2.3 Saindo do *centro* para a *beira*: de Santana de Caboclos à Camboa

Então, foi o seguinte, e aí de lá do interior, a gente veio pra cá, no mês de dezembro. Tava no interior, e lá não tem diversão, não tem festa no final de ano. Por isso eu preferia passar o Natal, o Ano aqui em São Luís, ‘rapaz vamo só passar o Natal, o Natal e Ano em São Luis’. Aí, desse Natal e Ano a gente foi ficando. Aí eu vim, comecei a pescar logo aí, comecei pescar...(Catarino em entrevista no dia 30/06/07).

Segundo sua versão, vieram para São Luís há seis anos, para passar as festas de fim de ano na casa da irmã Edileusa, que já residia na Camboa, na rua onde residem hoje. A permanência de seu Catarino, esposa e filhos na capital está referida, porém, na fala do interlocutor, ao fato de que, segundo ele: “chegando aqui encontrei uma *mina de peixe* e fiquei.” (diálogo em 23/04/07). E ao questionar-lhe sobre a existência da *mina de peixe*:

P: Onde tá essa *mina de peixe* que vç falou?

I: Ainda continua aqui, ano passado mesmo, eu peguei muito peixe aqui, é, rio Anil, rapaz foi muita gente pra me ajudar com a canoa cheia.

P: Qual era o tipo de peixe??

I: Era só bagre

P: Ah

I: Foi muita gente, os pessoal carregaram foi essa canoa lá de dentro pra mim do igarapé, ali pra dentro do rio, umas dez pessoas, carregaram lá pra debaixo da ponte, lá pra cima, carregaram, rapaz foi muita gente retirando peixe, olha pra você ver, pra tirar uma canoa tinha meio mundo de gente, assim ao redor da canoa tirando, eu tirando peixe, botano gelo, dei muito peixe, dei mais que vendi, dei pra uma porção de gente que encheu a sacola, tinha até balde e dei pra Bié que veio com um baldão de peixe assim, eu disse: Bié tu não quer peixe rapá, traga um balde aí, e enchi o balde dele e hoje continua essa riqueza de peixe aqui nesse rio tem muito. Hoje pra mim sair daqui (inaudível) só se for o caso de alguma coisa atrapalhar pelo meio, pra me dizer assim – rapá, tem que sair mesmo, se não sair...(Em 30/06/07)

Em outros depoimentos, conforme já referido, aparecem referências nas quais reafirma sobre a grande quantidade de peixe que passou a pescar e a vender na avenida.



Foto 14: Tá na hora de vender o peixe

Aos poucos, no decorrer das conversas mantidas com a esposa e a irmã, surgiu outra versão para a vinda da família, que diz respeito a um conflito familiar envolvendo seu Catarino e um irmão. O interlocutor, porém, em nenhum momento se referiu a essa situação, apresentando sempre outra razão, não claramente ligada à necessidade premente de sua saída de Santana. Fala como se tivesse vindo realizar uma visita de fim de ano, apenas passar uns dias e, por acaso, tivesse decidido permanecer. Ao narrar sua vinda, porém, deixa transparecer problemas ligados a certa pessoa, que com inveja, lhe teria feito o que os camponeses costumam também chamar de “trabalho”, termo local para o que se denomina de feitiçaria³³, que trata-se da utilização de forças sobrenaturais para se atingir qualquer malefícios:

Aí eu vim de lá, vim passar o Natal e Ano, por causa de uma horta que eu fiz, teve um cara lá que ficou com inveja, ele fazia muita horta também, ele fazia muita e nunca dava certo, e a minha (inaudível), horta de milho, de melancia, de feijão, de, dessas coisas...então eu fiz horta de milho, plantio de milho, assim, (inaudível), aí tinha maxixe, era feijão, era tudo esses legumes, né, tudo, ficou muito bonito, eu vendi muito, vendi muito, vendi tudinho, lá nessa época. Vendi no Santana, pra gente em Itapuaua, Perizinho, lá em Santana, viu, em Alcântara, não custou muito pra vender, com isso, o cara botou pra me matar. ... (Catarino em entrevista no dia 30/06/07).

É mais uma vez Wolf que vem em nosso auxílio para auxiliar a pensar nosso caso. Embora não estejamos diante de comunidades corporadas fechadas, como já demonstrou Andrade para uma situação semelhante, no município de Viana, as colocações do autor são sugestivas:

³³ Cf. MAUSS, 2003 ; EVANS-PRITCHARD, 2005.

Ao lado dos mecanismos de controle que são fundamentalmente econômicos na origem, encontram-se mecanismos psicológicos como a inveja institucionalizada, que pode expressar em várias manifestações, tais como mexerico, ataques de mau olhado ou no medo e na prática da feitiçaria. A organização comunal da comunidade corporada tem sido freqüentemente romantizada; supõe-se, às vezes, que uma estrutura comunal favorece a ausência de tensões divisoras. Oscar Lewis demonstrou que não há uma correlação necessária entre estrutura comunal e boa vontade generalizada entre os membros da comunidade (Lewis, 1951:428:429). Muito pelo contrário: parece que alguma forma de inveja institucionalizada desempenha um papel importante nessas comunidades (Gillin, 1952:208). Clyde Kluckhohn mostrou que o medo da feitiçaria funciona como um nivelador efetivo na sociedade dos navajos (1944:67:68) Uma relação semelhante prevalece no tipo de comunidade que estamos discutindo, na qual a feitiçaria, assim como formas mais suaves de inveja institucionalizada, tem um efeito integrador na restrição ao comportamento não tradicional, desde que as relações sociais não sofram rompimentos sérios (WOLF, 2003, p.128-129).

Esta longa citação de Wolf (2003), que, por sua vez, inclui referências a vários outros clássicos, nos ajuda a pensar o caso em estudo e remete à tese de Almeida (2002) de que esses grupos camponeses de Alcântara desenvolveriam mecanismos internos de controle da apropriação dos recursos naturais, o que contribuiria para a sustentabilidade de sua economia. Segundo este autor, o próprio grupo, percebendo que os recursos naturais são escassos, expulsaria alguns de seus membros para não pressionar demasiadamente. O que Wolf e os demais autores estão colocando é que, nessas comunidades camponesas de base comunal, há mecanismos internos, próprios, que garantiriam o igualitarismo. É como se essas sociedades intuíssem que acima de um certo nível demográfico não podem existir; como se percebessem que devem garantir que nenhum de seus membros possam enriquecer, de modo que todo o excedente deva ser redistribuído por meio de festas e rituais. Outros mecanismos, na mesma direção, segundo Wolf, que garantiriam a integração grupal seriam, justamente, a inveja, os mexericos, a feitiçaria. Ao contrário do que se poderia pensar, em vez de cindir o grupo, esses mecanismos mantêm cada indivíduo em um patamar de igualdade com os demais, de modo a não atrair mau olhado ou a inveja dos demais. Mesmo a saída de seu Catarino, neste caso, não significa rompimento para sempre, mas apenas um afastamento geográfico, como tento demonstrar.

Nosso interlocutor relatou que passou um ano em São Luís, na casa da irmã, tratando da saúde, pois foi acometido por uma doença que desconhecia e foi submetido a muitos exames. Como os médicos não descobriram do que se tratava, retornou a Santana e, a conselho do irmão foi procurar um *experiente*, que também denominam de *pajé*, e este lhe informou que fulano de tal, com inveja, fizera um *trabalho*³⁴ com o intuito de lhe matar:

³⁴ É um termo local para designar feitiçaria.

Eu não tenho mágoa do interior, gosto, é o lugar onde nasci e me criei trabalhando, sempre gostei de trabalhar, desde criança eu era invocado com serviço, gostei de trabalhar, mas essa pessoa que mandou fazer isso para mim deixa ele pra lá, um dia a justiça do céu vai dizer (inaudível), vou ficar na minha, não tenho raiva dele, falo com ele, não tenho ódio, mesmo porque eu voltei a minha rotina de novo, voltei a minha saúde, minha saúde. (depoimento em 30/06/07)

O medo provocado pelo feitiço que segundo ele fora encomendado por um vizinho e o conflito no qual se envolveu com a mãe e o irmão, foram motivações que concorreram para sua decisão, mas prefere não falar sobre. Pareceu-me que, para ele, a exposição sobre o medo de feitiço não lhe pareceria adequada, bem como seria um constrangimento seu falar com outros sobre as desavenças familiares, nas quais esteve envolvido.

Outro fator é apontado por seu Catarino para a decisão de permanecer na capital, o acesso à escola e com melhores condições para os filhos, que mostrou ser uma preocupação dos pais, e influenciou na mudança, como podemos perceber na sua fala:

Então, já tem uma melhora pra meus filhos, né, hoje eles estudam numa escola, numa escola boa, que eles não tinha e por isso eu agradeço graças a deus que tem esse beirada com uma riqueza dessa... porque escola do interior já viu, é mais embaralhada que criança não tem, não tem professor pra botar no eixo certo, a criança aprende mais é dez anos para aprender, pra sair de um grau e pular pro outro e aqui não. (Seu Catarino em entrevista no dia 30/06/07).

No depoimento a seguir seu Catarino, torna a repetir que a sua intenção não era fixar-se em São Luís e pretendia retornar à Santana:

(...) Aí eu fiquei pra passar natal e ano... aí eu tava passando mais dias, aí ele disse: 'rapaz, minha casa não tem ninguém morando se tu quiser ir pra lá, vai. Que é maior, tem mais espaço, aí tu fica morando lá'. 'Não, rapaz eu vou embora pro interior'. 'Não rapaz tu fica aí, fica morando logo, morando aí, depois tu compra um lugar de casa'. 'Rapaz, eu não tenho nenhuma condição de comprar um lugar de casa, não tenho dinheiro pra isso não, tudo é caro. Em São Luis, tudo é caro'. 'Rapaz tu faz uma aventura'. Aí eu fui pra lá, mais minha intenção era de voltar pra lá [para Santana] de novo, aí com isso eu fui trabalhando, trabalhando, guardando meu dinheirinho, não gastava, não bebia, não nada. Aí na cabeça da gente tem uma coisa, tem que ter mesmo, trabalhar, até conseguir comprar esse terreno aqui. Eu nunca pensava em vim morar em São Luis, porque eu achava que minha condição não dava para comprar um pedaço de casa pra morar, ai minha intenção era voltar pra lá [Santana] de novo, foi só pra passar natal e ano. E aí com isso meu tio tinha uma casa na Vila Gorete e me ofereceu. (Seu Catarino em 11/11/07)

O apoio dos parentes e amigos residentes em São Luís e o acesso facilitado para sua moradia, foram importantes para o estabelecimento da família, confirmando a existência de uma rede de relações sociais tramada aqui a partir do parentesco e da solidariedade.

3. AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO DA FAMÍLIA

O deslocamento de famílias do interior de Alcântara para a periferia de São Luís, tal como ocorre historicamente, pode ser pensado a partir da noção de estratégia (BOURDIEU, 2004). Para Bourdieu, a estratégia *é produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais, em particular no caso de Cabília, e outros lugares com certeza, dos jogos infantis* (BOURDIEU, 2004; p.81).

Para o autor, as famílias buscariam sua reprodução social e biológica, acionando um conjunto de estratégias – matrimoniais, de fecundidade, educativas, econômicas, e outras que permitem conservar sua posição e situação no universo social ao qual pertencem (BOURDIEU, 2004; p.87).

É possível pensar, portanto, nessa perspectiva, em relação ao caso da unidade familiar de Catarino Ferreira, ora estabelecida no bairro da Camboa, e que continua mantendo relações sociais, econômicas e religiosas, não apenas com os povoados de origem - Santana de Caboclos e Esperança - mas com famílias de povoados (Itapuaua, Perizinho, Peroba de Cima) integrantes de uma rede de relações anteriores à mudança para a capital.

O cotidiano do chefe da família Ferreira se constitui na pescaria, na venda do peixe e no trabalho com as redes de pesca, pois, a cada dia, esses instrumentos de trabalho voltam danificados, necessitando reparos realizados, em geral, à tardinha. Sua rotina depois da pesca é a venda do pescado e, depois disso, vem o descanso para, às vezes, voltar ao *igarapé*, à tardinha ou à noite. Quando a pescaria ocorre na madrugada, a comercialização se dá pela manhã e só após isso, o trabalhador descansa. O horário da pesca varia conforme o movimento da maré e por conseguinte, o horário da venda do peixe também varia, conforme a explicação do interlocutor:

Nós já estamos na quebra d'água, a maré tá quebrando de "carrera". Ela tava alta, agora tá puxada, aí ela vai quebrando, quebrando, até chegar maré de quarto. Aí maré de quarto, fica pouquinho carrera, a carrera d'água é pouca, aí fica bom pra pescaria aí já vão mudar de maré. Vou pescar pela manhã, chego cedo. Se eu for pescar de manhã, eu ainda chego cedo. Aí é maré de quarto que vai entrar essa

semana, segunda feira amanhã. Aí no começo da outra segunda-feira já vai ser começo de água, já vou chegar pela tarde. Aí já pela tarde vai descer pela manhã, 10h meio-dia aí vou chegar pelo lado da tarde. Aí já vai amanhecer maré alta de vazante, já vai ser carrera de água forte, vai ser marezão grande, vai entrar por dentro dos manguezal vai embora, por dentro dos matos, essa que é maré alta, maré puxada. (Sr. Catarino, em 11.11.07)

A noção de tempo utilizada por Catarino, tem a ver com a noção camponesa de tempo tratada por Linhart (1983) referida aos camponeses russos, em que o ciclo agrícola interferiu decisivamente no *ritmo da luta das classes no decorrer da Revolução russa*, acrescentando que:

O ascenso brusco da tensão no campo russo durante o verão de 1917, em face das manobras proletárias dos senhores feudais e dos partidos burgueses, insere-se nesta percepção camponesa do tempo. É neste momento que o movimento de massa camponês começa a crescer, intensificando-se ainda no outono por sua dinâmica própria, reforçada em certos lugares pela[*sic*] exigências tardias dos trabalhos de plantio e das sementeiras de inverno(...) Um outro elemento “sazonal” diretamente ligado ao ciclo agrário reforçou sem dúvida esta determinação: o recrudescimento das deserções às vésperas dos trabalhos mais importantes, os camponeses abandonando maciçamente as frentes de guerra e o exército e voltando – ilegalmente - para participar das colheitas e das sementeiras (LINHART, 1983, p. 27).

Embora as situações sejam completamente diferenciadas, o princípio que comanda as práticas agrícolas camponesas, nos dois casos, está referido aos ciclos da natureza, sejam relacionados à terra ou ao mar e a maneira pela qual são classificados por esses grupos são imperativos e determinantes de suas práticas. O tempo do trabalho, no caso em questão, é regido conforme o movimento das marés e, segundo as explicações de nosso interlocutor, o melhor período para a pesca é na maré chamada *de quarto*, quando avalia que o mar fica mais calmo e a água é considerada cristalina e o pior é na maré que chama de *puxada*, quando afirma estar a lua cheia e a água com movimentos fortes e mais espessa o que, a seu ver, dificulta a visibilidade.

Seu Catarino não se insere completamente na ótica do mercado, na qual necessitaria armazenar o peixe, congelando-o, porém prefere aquela que leva em consideração o tempo da natureza e se orgulha de vender seu peixe *fresco*, em oposição aos outros vendedores que o comercializam congelado, adquirido no mercado de comercialização de pescados em São Luís chamado Portinho. Ele conta que tem freguesia certa, consituída por aqueles a quem chama de *barões*, e que são pessoas que passam de carro todos os dias na avenida Camboa, onde funciona a feira. Sua opção em trabalhar por sua própria conta está

relacionada aos primeiros anos da chegada em São Luís, quando revela o que conceitua como *sofrimento*, as dificuldades enfrentadas ao trabalhar na pesca de barco para terceiros:

Eu comecei a tomar conta de uma embarcaçanzinha aí, mas tomar de conta de uma embarcaçanzinha aí é um sofrimento, sofri quatro anos e meio, trabalhando aí, pra gente alheio, quatro anos e meio de sofrimento, não tinha descanso, não tinha descanso, não tinha sossego, tirei a preocupação da cabeça do dono da embarcação e botei na minhas costas. () Eu passei quatro anos e meio de sofrimento (inaudível) ..eu vivo de pesca, pescaria, (inaudível), eu sou de pescaria, esse é meu trabalho... e não deu, depois não deu assim, eu tava, passava semana pescando pra fora arriscando a minha vida, em diversas vezes eu arriscando minha vida perto de morrer quatro ou cinco vezes por causa de temporal, de chuva sem saber pra onde ia, tudo fechava ficava desnordeado andava pelo meio do canalzão, olhava aquilo de noite, é ruim, aí com isso fiquei com medo, trabalhando aqui pra fora, trabalhando pra fora é ruim e brabo, aí peguei larguei de trabalhar lá arriscava a vida. (Seu Catarino em 30/06/07)

O depoimento deixa entrever em que sentido o interlocutor emprega o termo *sofrimento*. A nosso ver ele se refere, principalmente, ao fato de ter que submeter-se à vontade de terceiros, a ser obrigado avender sua força de trabalho a outrem: *sofri quatro anos e meio trabalhando trabalhando aí, trabalhando pra gente alheio*.

Enquanto no local de origem trabalhava como camponês independente, sem vender sua força de trabalho, apenas com iguais – parentes, vizinhos, amigos, compadres – por meio de vínculos de reciprocidade positiva (Sahlins, 1970, p.130), aqui, na cidade, viu-se obrigado a enfrentar outro tipo de relação de trabalho onde passou a estar numa posição subordinada.

Outra maneira de expressar o mesmo sentido do termo *sofrimento* aparece quando o interlocutor diz: *eu sou da pescaria, esse é meu trabalho, e não deu*. E não foi possível exercer plenamente sua profissão, seu ofício, porque ele não era dono do meio de produção – a embarcação – de modo que, a seu ver, perdeu o descanso, perdeu o sossego, ou seja, perdeu a liberdade, perdeu a independência. Enquanto no local de origem se realizava como produtor independente, na cidade, encarava o *sofrimento* de trabalhar para outrem.

Se atentarmos para o depoimento, perceberemos que o interlocutor, na cidade, se mostra desnordeado. Ele tem que arriscar a vida, mar a dentro, trabalhando *pra fora*. Aqui, *trabalhar pra fora* pode ser lido em dois sentidos: longe da *beira*, ou seja, mar a dentro, na área de perigo, muito dentro do canal, em águas profundas, arriscando a vida em dias de temporal; e *trabalhar pra fora* também pode ser entendido no sentido de estar subordinado, a terceiros. Isto faz com que o trabalhador perca o norte, não se localize, abandone sua

identidade, não saiba para onde ir, arrisque-se a morrer física e socialmente. *Arriscava a vida*, como ele diz, de fato.

Neste sentido, pode-se interpretar as estratégias acionadas pela família ao se fixar na cidade como tentativa de reproduzir, aqui na capital, sua condição de trabalhadores independentes. Estas representariam a busca do norte: retomar ou dar continuidade a sua condição de trabalhadores livres, desta feita, no meio urbano.

Por outro lado, o fato de seus irmãos virem pescar periodicamente em São Luís com intenção de angariar algum recurso monetário, leva a pensar que os dois lugares (povoado e bairro na cidade) coexistem nessa rede numa dimensão estratégica para as famílias. As relações de parentesco, de solidariedade e vizinhança se alimentam constantemente tanto na cidade quanto no interior. Isto pode ser percebido também quando parentes residentes na capital se deslocam ao interior em busca de algum tipo de recursos, a exemplo do próprio interlocutor que foi a Santana no período da festa da santa padroeira, conforme já relatado. A propósito, o diálogo mantido com seu Catarino ilustra esse trânsito entre os lugares que funcionam como fortalecimento das relações, mas também como estratégia econômica, na medida que buscam no interior os produtos mais difíceis de adquirir em São Luís:

P: Os parentes de vocês costumam vir aqui?

Seu Catarino: Sim... papai teve aqui semana passada.

P: Vêm fazer o quê?

Seu Catarino: vem passear, vem resolver algum probleminha, passa uma semana volta de novo...

P: E os seus irmãos, sobrinhos que estão lá em Santana, também costuma vir?

Seu Catarino: ah, vem, semana passada também veio um.

P: Quem foi que veio?

Seu Catarino: Meu irmão, ele veio comprar umas peças pra embarcação dele, aí foi embora no outro dia.

P: Mas em geral, todo mês tem gente de lá aqui?

Seu Catarino: Tem, todo mês.

P: e daqui pra lá?

Seu Catarino: Daqui pra lá também vai muito...

P: Os outros parentes também vão?

Seu Catarino: Sim, não pode mais deixar à toa, tem que visitar.

P: O senhor veio de lá em agosto, agora foi a Ana Maria que foi para lá, quem ela foi visitar?

Seu Catarino: Ela foi visitar a família dela lá também

Suely: Aí trouxe alguma coisa de lá?

Seu Catarino: Muita coisa- foi juçara, limão, abacaxi demais, a gente comeu abacaxi até ontem. Tinha muito abacaxi, rapaz ela trouxe muita coisa.

Suely: E isso ajuda vocês?

Seu Catarino: Ajuda demais. Quando a gente faz essas viagens assim, a gente traz muita coisa, já ajuda demais aqui em casa.

Suely: Aí você disse que divide.. você traz pra Edileuza, pra Nicinha?

Seu Catarino: A gente divide, cada qual levando um tantinho

P: E pra consultar o médico eles vêm?

Seu Catarino: Vem muito, vêm. (Em 11/11/07)

No depoimento, aparece a diversidade de motivos que faz com que o trânsito dos parentes se realize, indicando que o grupo se divide para se fortalecer e manter a sua continuidade enquanto tal. Nos quadros abaixo estão relacionados o trânsito dos parentes nos dois sentidos, do interior para São Luís e de São Luís para o interior.

Quem veio	parentesco	povoado	motivo	tempo que ficou	Quantas vezes veio (média)
Velho	Irmão Catarino Parte de pai	Perizinho	<u>Emprego (CEASA)</u>	Mais de 1ano	Uma e ficou três
Irenilson	Irmão Catarino Parte de mãe	Santana	<u>Pescar para comprar roupas</u>	Um mês	Várias vezes
Licó	Prima da Ana	Santana	Receber bolsa família (não tinha cartão)	Dois dias	Várias vezes
Ronilson	Sobrinho de Catarino	Santana	<u>pescar</u>	15 dias	Várias vezes
Genilson	Sobrinho Catarino	Santana	Fazer compras para sua barraca	Dois dias	várias vezes
Brasilina	Mãe da Ana	Esperança	Consulta médica da filha	Um mês	três
Elenilson	Irmão da Ana	Esperança	<u>pescar</u>	Um mês	duas
Irene	Mãe de Catarino	Santana	Fazer compras (televisão)		Uma vez
Manelão	Pai de Catarino	Perizinho	Resolver problemas	Uma semana	Várias vezes

Quadro 03 – Movimento de vinda dos parentes do interior para São Luís

Quem foi	parentesco	povoado	motivo	tempo que ficou	Quantas vezes foi (média)
Catarino		Santana/Perizinho/Esperança/Itapuaua	Festa da Santana	15 dias	uma
Ana Maria	esposa	Santana/Esperança/Itapuaua	Visitar a família, buscar juçara, festas	03 a 04 dias em média	Três vezes
Edileusa	irmã	Peroba de Cima/ Caboclos/Itapuaua	Visitar os filhos, a mãe e outro parentes, festas, buscar frutas, farinha, milho,	03 a 04 dias em média	06 vezes
Jego	Cunhado (esposo da Edileusa)	Peroba de Cima/Santana	Festa, visitar os filhos, a mãe	02 a 03 dias	Com muita frequência

Quadro 04 – Movimento de ida dos que residem em São Luís para o interior

Os quadros 02 e 03 permitem visualizar o movimento da vinda e ida da família do seu Catarino e dos seus parentes, considerando o mês dezembro de 2006 e o ano de 2007. Trata-se de uma estimativa, mas contribui para demonstrar que o trânsito do interior para São Luís é mais intenso do que o inverso, indicando que as suas necessidades não estão sendo supridas totalmente no local de origem, principalmente no que diz respeito aos que vêm pescar.

A unidade familiar do seu Catarino se transforma em apoio para seus parentes e da esposa e as observações de campo deixam perceber que sua família se refaz num outro ambiente – São Luís – sem abandonar seu antigo modo de viver e, principalmente, sua identidade de pescador. O meio urbano, em vez de afastá-lo do ofício, proletarizando-o, encaminhando-o a um trabalho urbano, contribui para trazer o *igarapé* praticamente para dentro de sua casa. Ou seja, deslocou-se para o meio urbano onde pode encontrar recursos da natureza colocados privilegiadamente em relação à sua residência, permitindo-lhe assenhorear-se deles mais estrategicamente ainda do que o fazia em seu lugar de origem, vivenciando a natureza de uma nova forma, no novo espaço.

3.1 Organização produtiva da família

A organização produtiva na qual está envolvida a unidade familiar em São Luís é caracterizada pela pequena produção mercantil (Diegues, 1983), marcadamente artesanal, na qual a tecnologia empregada tem pouco poder de predação, o nicho ecológico explorado é relativamente restrito. No caso, o pescador explora dois lugares denominados Croa da Minerva e Boca da Barra da Ponta D'areia, localizados no Rio Anil. O Sr. Catarino captura o pescado com instrumentos próprios e quando utiliza a força de trabalho de terceiros, a apropriação da produção é regida pelo sistema do *quinhão*, cabendo ao proprietário (Catarino) dos instrumentos duas partes por uma. Ele utiliza o mesmo sistema quando o pescador explorado por ele decide vender sua parte junto com a dele. Neste caso, a divisão recai sobre o rendimento monetário da produção alcançada.

O senhor Catarino, possuía inicialmente duas canoas – uma trazida de Santana e, quanto a segunda, conta que encontrou à deriva no mar, no período em que trabalhou embarcado, na Ilha do Caranguejo. No final da pesquisa ele já contava com a terceira canoa; 23 redes de pescar de tamanhos variados, entre malhas estreitas e malhas largas, e várias bóias de isopor. Possui, ainda, um carro de mão novo e outro velho, uma balança e algumas caixas de isopor para a conservação do peixe, para armazená-lo durante a pescaria, até a hora

de vendê-lo. Os principais tipos de peixes que seu Catarino pesca e vende são *pescadinha*, *tainha*, *sardinha*, *uriacica*.

Segundo seu Catarino, a família vive da pescaria e da venda do produto. Ele realiza essa atividade juntamente com um pescador por ele contratado, não em termos contratuais formais, residente na mesma rua, oriundo do município de São José de Ribamar, próximo a São Luís, pago conforme a produção semanal, mas essa não é uma regra, pois às vezes pesca sozinho. Ele explica como é a relação de trabalho que mantém:

Eu tenho, tem um pescador que sempre pesca comigo ultimamente, eu tenho um pescador que pesca comigo e, ele não quer mais largar, ele não quer porque ele sabe que toda semana ele tem o dinheirinho dele e o serviço aqui em São Luís hoje em dia é mais pra ganhar por mês, só entra pra trabalhar, só ganha por mês e as vez ainda atrasa e a pesca não, a pessoa chegou da pesca, vendeu e já ta com dinheiro né, por semana é que a gente vai pagar o pescador, pesca que vamo supor que a gente fizemo 150, aí a gente vê quantas partes e divide, vamo supor que a gente divide em três parte, aí ele já tem 50 e eu 100, vamo supor, porque a pescaria é aventura, pescaria é aventura, quanto mais a pessoa pesca mais ele tem produção, ta entendendo, mas agora se a pessoa não pesca, ele não tem produção nenhuma né, aí a pessoa pega de segunda a sexta ou seja até sábado, até domingo, até domingo pela manhã pra de manhã ele ainda ter venda de peixe pra ele chegar lá pelo meio dia de domingo ele já ta em casa. (Em 30/06/07)

Além disso, aluga uma de suas canoas para os pescadores que tiram caranguejo e cobra por semana a diária da canoa no valor de R\$5,00 (cinco reais). No entanto, relata que quando os pescadores não conseguem uma produção boa, ele não exige o pagamento:

Quando a produção pra eles tá, tá, tá bastante dificultada, a produção pra eles [os *caranguejeros*, como são chamados], o trabalho pra eles tá sendo muito pesado e a produção pra eles tá sendo pouca. É, a pesca deles [os *caranguejeros*], o tipo de pesca que eles façam é muito difícil, com muita dificuldade, é, é muito trabalho, a pessoa se cansa demais, aí fiz uma com eles, com a dificuldade de pegar o caranguejo, então falei com eles que tavam se reclamando assim, o caranguejo tava pouquinho né, mas também tá esperto [não se deixa pegar], então eu disse: 'não rapá, vocês me dão só dez reais por semana, tá bom, tá bom, dez reais pra mim já tá, já tá'. Tu tá fazendo bacana com a gente e ou seja quando melhorar a situação a gente paga mais, eu digo 'tá bom'. Aí quando melhorar a produção, a gente coopera melhor, tá bom'. São pessoas bacanas, também quando eu desejar comer o caranguejo, eles não me vendem, qualquer colega meu, qualquer amiga que chegar (Catarino, entrevista em 30.06.07).

O depoimento explicita a relação de reciprocidade equilibrada segundo Sahlins (1970; p.130), que se estabelece entre os envolvidos, na qual as partes trocam valores equivalentes, sejam eles comensuráveis ou não.

Outra atividade que contribui para a sobrevivência da unidade doméstica é o aluguel da canoa para atender a pessoas que desejam conhecer o Rio Anil, o mangue e os arredores, como pesquisadores, estudantes, jornalistas e fotógrafos, conforme seu Catarino informou. Eu mesma tive oportunidade de presenciar em sua casa uns estudantes de geografia que estavam fazendo uma pesquisa naquela área e procuravam um pescador para navegar o Rio Anil. Quanto a isso, ele disse que acontece várias vezes, chegou a dizer que é muito procurado, pois ele é o único pescador que tem canoa por ali e o serviço fica em torno de R\$30,00(trinta reais), indicando uma diferenciação interna, na qual ele se destaca por ter seus próprios instrumentos de trabalho e condições de contratar força de trabalho, que lhe proporciona uma certa autonomia econômica.

Para tentar entender o padrão de vida da unidade familiar, solicitei ao seu Catarino informações sobre a sua renda mensal incluindo todos os seus ganhos, bem como todas as suas despesas. No início foi difícil, porque ele não contabiliza monetariamente seus rendimentos, não costuma pesar o peixe e preferiu conferir em termos semanais, a partir do resultado das vendas. Afirmou que costuma separar o peixe da família antes de levar o pescado para a venda e revelou que não costuma pesar o resultado da pesca:

P: Em média, quantos quilos de peixe o senhor pesca por dia?

Sr. Catarino: isso aí eu nem me baseei... às vezes eu me baseio pelo dinheiro que eu faço, arrecado. vou arrecadando, arrecadando pra ver quanto deu todo o dinheiro pra semana toda, aí por semana eu sei, ainda não me baseei quanto é que eu já peguei de peixe durante a semana não. Só sei no dinheiro, que a gente vai arrecadando, a gente sabe, eu fiz trezentos, essa semana fizemos menos, fizemos duzentos, aí já na outra, às vezes a gente não pesca às vezes a semana toda, de terça até sábado, aí a gente traz duzentos, cento e cinqüenta(...) Que a pescaria nunca tem um total de dinheiro firme (Em 11/11/07).

A produção semanal da pesca e venda do pescado, quando ele considera boa, rende em média R\$ 300, 00 (trezentos reais) e quando ele considera fraca, a renda cai pela metade. Essa renda é dividida em partes, uma para o pescador, uma para a rede e canoa (de sua propriedade) e a terceira é a dele, acerca do valor do pescado e explica:

Tem várias quantidades assim de preço, peixe que vai assim da qualidade é um preço. Pescadinha já é um preço, tainha já é outro, uriaçica já é outro. Bagre já é outro. O camarão outro. Aí varia o preço, porque se a gente fosse colocar o preço de um seja de todos, né? Era um boa, mas, o freguês chega, não rapaz, tá muito caro... é tainha é um preço, a pescadinha é outro. (Em 11/11/07)

A renda do aluguel da canoa para os pescadores de caranguejo, fica em torno de R\$25,00 (vinte e cinco reais) por semana; a renda da bolsa família é R\$ 112,00(cento e doze reais). As despesas são em média, R\$100,00(cem reais) mensais com material de pesca;

despesas fixas de casa R\$500,00 (quinhentos reais), nesse item seu Catarino ficou em dúvida, mas em outro momento verifiquei com a sua esposa o valor correto; o valor da bolsa família é gasto com material escolar, fardamento e aulas de reforço dos filhos.

A divisão do trabalho compreende o trabalho da mulher e dos filhos. A esposa de seu Catarino, além de cuidar do afazeres domésticos, quando necessário, sai para pescar com ele, além de, vez por outra, também vender o peixe na avenida. O pescador também costuma levar o filho mais velho para a pescaria, mas ressaltou que não permite que o trabalho atrapalhe seus estudos. Além disso, também conta com a força de trabalho de terceiros.

O Sr.Catarino diz que em São Luís, não tem *profissão da terra* e cita a profissão de pedreiro como exemplo e que sua profissão aqui é *da água*, é pescador, mas que no interior ele tinha *profissão da terra*, pois fez muita *caieira e roça braba*. Aqui ele diferencia o que chama de *profissão da terra* entre o interior e a cidade, sendo que no povoado a *profissão da terra* está relacionada ao cultivo agrícola e em São Luís, está relacionada a qualquer atividade realizada na cidade que não seja *na água*. Quando o interlocutor exprime uma classificação dividida entre profissões da terra e da água é notável a importância do entorno natural na determinação dessas especialidades.

Quando ele fala dessa forma, me leva a refletir sobre como algumas classificações que organizam o pensamento do grupo no povoado, podem também orientar o pensamento dos que vêm para a capital. E quando ele fala em ter uma profissão e ainda, uma profissão *da água* ou *da terra*, expressa uma forma de pensar na qual elementos classificatórios do pensamento próprio daquele grupo camponês se con(funde) com a forma do pensar característico de quem vive no contexto urbano, como “profissão”, pois ser um camponês, para um camponês não é apenas uma profissão, mas um modo de ser e de viver. Ao tratar a questão, Galeski (1979) afirma que o trabalho do camponês não tem características de uma profissão, mas

Constituye un vestigio de un modo diferente de organización social de la producción, no basado en la división de las ocupaciones. Sin embargo, el conjunto de actividades que constituyen el trabajo de una granja familiar ya está considerablemente limitado y en el proceso de restringirse aún más por el desarrollo de la división social del trabajo fuera de la granja. Hay, pues, en efecto, un proceso de adaptación de este tipo de trabajo al patrón ocupacional de la organización de la producción en la sociedad. (GALESKI, 1979; p.166-167).

Embora o autor entenda a organização social camponesa como um vestígio, no que discordo, ele sintetiza a idéia de que no campesinato não existe uma diferenciação entre as diversas atividades que o compõem, não há divisão das ocupações. Entendendo assim,

posso tratar o camponês como aquele que conjuga as atividades de pescador, cultivador, extrativista, caçador, criador e artesão.

Tal qual no povoado, o interlocutor separa o que classifica como pertencendo ao mundo da terra e o mundo da água, demonstrando ter domínio de códigos diferentes relativos às maneiras de pescar quando diz que “*a pesca é diferente aqui, na ilha do caranguejo e no interior, que cada lugar tem um jeito, uma prática*”. Essa plasticidade do saber local, do *savoir-faire paysan*, como o denominam alguns autores (Lacroix, apud van der Ploeg, 2000, p. 361) é que permite o acionamento de distintas estratégias, conforme o ecossistema em jogo e permite à família, mesmo estando do lado de cá da baía, dar continuidade à principal atividade econômica.

É na cidade que ele fortalece sua identidade de pescador, ao afirmar: *eu vivo de pesca, pescaria, eu sou de pescaria, esse é meu trabalho(...) rapá eu tenho minha canoa de pesca, pesca minha, pra me consumir minha pescaria, eu vivo dessa profissão* e quando indaguei se cultivava no interior ele responde que *fazia roça, mas era pouca, não era assim bastante uma profissão da roça, da roça, mais profissão da pescaria, só da pescaria. Em outro diálogo, enfatiza: Só vivo da pesca, só vivo da pesca, trabalho na pescaria, comecei a pescar desde a idade de doze anos, desde a idade de doze anos eu comecei a pescar.*

Contrariamente ao que se poderia supor, portanto, que a migração ou o deslocamento para o centro urbano contribuisse para uma descaracterização cultural, para uma desestruturação do universo camponês ou, neste caso, do pescador, são as condições ecológicas que a própria cidade oferece que reforça a identidade de pescador sem que a família tenha que abdicar de seus vínculos com o grupo de origem.

Se, mesmo estando no povoado, a atividade de pesca, segundo nosso interlocutor, já era praticada como principal em relação à agricultura, na cidade ela se torna exclusiva, dada a impossibilidade de se reproduzir, aqui, como agricultor. De fato, embora combinem essas várias atividades – pequena agricultura, caça, extrativismo, pesca – há, dentre os camponeses desses povoados, aqueles que são apontados como *pescadores de profissão*. Neste caso, possuem roçados menores e se dedicam mais às atividades de pesca.

O sentido de pertencimento ao mundo dos pescadores se caracteriza pelo domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas, que permitem ao nosso interlocutor viver e se reproduzir enquanto tal. Esse conhecimento sobre os elementos da natureza, fundamental ao exercício do ofício é expresso nos depoimentos:

Aí não é bom é muita carrera d'água, o peixe espalha, aí tem que esperar semana que entra. Aí só vai melhorar quando tiver quebrando de novo, aí já não vai entrar pra dentro do mangue, já vai quebrando, quebrando...

Ele se orgulha de fazer parte de um grupo (os pescadores) que domina os segredos do *igarapé*, do mar e do rio, que conhece os diversos tipos de peixes, seus hábitos, o movimento das marés combinados ao movimento lunar, identificando os locais propícios e o período ideal para uma boa pesca. Além desses conhecimentos, aciona a utilização de variados tipos de instrumentos de pesca, as redes, definidas pela abertura da trama, que lhe permitem a captura de diferentes tipos de pescado, segundo informa:

É os mesmos tipo de rede. (usadas em São Luís e no interior) assim, de nome, né, agora lá tem um outro nome de rede, de malha, de malha, era maior de malha, com isso que eu pescava lá era maior de malha do que essas que eu tenho aqui, essas rede aqui já é muita marca de malha miúda, malha miúda, própria pra peixe miúdo, lá eu tinha marca de malha, que era própria pra peixe graúdo, o peixe era mais bonito, era (...) Era ferreira, pescadeira. Hoje eu já tenho outros tipos de malha de redes, eu vendi elas tudinho lá, vendi outras, trabalhei e nunca mais deixei de ter malha de rede. Tem rede bastante aí, eu comprei bastante, tem rede aí que eu nem pesco.

3.2 As formas de viver em Santana de Caboclos e na Camboa

O senhor Catarino relatou que *no interior*, como designa o povoado Santana, pescava e trabalhava no cultivo agrícola que denomina de *roça*, embora, conforme já relatado, a agricultura não fosse predominante. Plantava banana e tinha os chamados *legumes*³⁵ de que necessitava e que, às vezes, vendia e quando falou que fazia *horta de milho*, indaguei sobre o que ele chamava de *horta*:

Horta é uma plantação que a pessoa vai mais pro *verão*, no verão, é, ninguém tem milho no verão, se não for de São Luís, que vende muito milho, né, porque aqui em São Luís nunca acaba inverno e verão, nunca, então eu fiz horta de milho, plantio de milho, assim, (inaudível), aí tinha maxixe, era feijão, era tudo esses *legumes*, né, tudo, ficou muito bonito, eu vendi muito, vendi muito, vendi tudinho, lá nessa época. (Seu Catarino em 30/06/07)

Apesar de falar com entusiasmo da sua produção agrícola, declarou que tinha preferência pela atividade da pesca, realizada principalmente em Perizinho com seu pai, pescador e dono de barco. Afirmou gostar de pescar desde a infância e ter aprendido o ofício

³⁵ O que o interlocutor chama de *legumes* são maxixe, quibo, abóbora, feijão.

com o pai. Segundo ele, vendia pouco, pois o dinheiro que circula no povoado é dos aposentados, sendo escasso, e que para vender fora dali, como em Alcântara ou São Luís, a renda seria muito reduzida. O sr.Catarino conta que trabalhava muito, tanto na agricultura quanto na pesca. Ao comparar sua atividade de pesca quando residia em Santana com a de São Luís, afirma:

Na pescaria [em Perizinho, Itapuaua] era mais com dificuldade porque o porto é longe, é longe pra mim, lá de Santana pro porto é longe, aí eu ia pescar e passava três, quatro dias, cinco dias, sem ir lá pra Santana, só pescando lá ...que é longe, a dificuldade... só levando a rede pro porto que é longe, essas coisas, que levar pra pesca, aí eu descia pra pesca, ia pro porto, é uma dificuldade, é longe, aí ficava em Itapuaua e lá o porto fica até na beira, né, lá tinha conhecido, tinha o compade chamado Ramos, aí a gente ficava lá na casa dele, aí ficava lá... agora hoje [em São Luís] a pescaria aqui pra mim, tem retorno até mais fácil porque eu pesco, no mesmo dia que eu pesco eu já to vendendo, eu já to com o dinheirinho no bolso, pra remediar a situação, a situação pega também exatamente aí melhorou pra mim, nessas duas partes porque o portinho bem aqui na beira da minha casa, de hora em hora, eu desço, inté, sem atolar na lama (Catarino em entrevista dia 30/06/07)

A princípio parece contraditório que ele faça a comparação da sua atividade de pesca entre Santana e não entre Perizinho e São Luís, mas o que ele está considerando nessa comparação é o lugar onde reside e não o lugar onde pesca, portanto é a partir de Santana que ele se refere. O depoimento deixa entrever que ele aciona a rede de compadrio na realização da sua atividade de pesca. Aqui também faz uma comparação entre Santana e São Luís no tocante à questão monetária, na qual a capital lhe permite o acesso a recursos financeiros que estão próximos, ao passo que no interior dependia somente da renda dos aposentados.

Na situação anterior pondera que estava *longe da beira*, do porto, pois na classificação dos moradores de Santana de Caboclos, este é um povoado de *centro*, ou seja, que não tem acesso direto ao mar, dificultando a atividade da pesca. Se retomássemos o modelo explicativo de Velho (1972)³⁶, para pensar essa situação, teríamos:

Santana de Caboclos - Centro
Predomínio da *roça*
Roça braba

São Luís - Beira
Predomínio da pesca
Mina de peixe

³⁶ Já que, páginas atrás nos propusemos a demonstrar que esse modelo, em nosso caso, poderia ser relativizado, pois, aqui, casa e rua se confundem, *centro* e *beira* também, no sentido de que a *beira*, na cidade, é o local do trabalho intenso e não, como para Velho, o local do lazer, do trabalho menos pesado. Evidentemente, o autor constrói seu modelo a partir dos elementos que a situação empírica estudada por ele lhe oferece, onde *centro* se refere ao *centro da mata* e *beira* àqueles locais de circulação das mercadorias e pontos de encontro com a sociedade nacional, também chamada por Martins de *frente pioneira* (Martins, 1975)

Trabalho pesado	Trabalho menos pesado
Difícil pesca	Facilidade de pesca
Menos acesso a recursos monetários	Mais acesso a recursos monetários
Longe do porto	Vende no mesmo dia
Tem que levar a rede para o porto distante de casa	Próximo ao porto
Ficar em casa de compadres/conhecidos	Porto na beira da casa
Passa três dias fora de casa	Não atola na lama
<i>Profissão da terra (pesca, agricultura, caça, extrativismo)</i>	Pode ir ao porto de hora em hora
	Profissão da água (apenas pesca)
Produtor de <i>legumes</i> , farinha	Comprador de <i>legumes</i> , farinha e feijão

Ao se deslocar do *centro* para a *beira* ele se realizou plenamente enquanto pescador e no tocante à atividade agrícola, afirma sentir falta do exercício de outras atividades, pois em Santana se dedicava também ao cultivo da terra, ao extrativismo e à caça. Em São Luís sente falta de um pedaço de terra para plantar uns *legumes*, principalmente porque em suas palavras: “eu senti porque tudo tem que comprar e o que mais eu queria era um pedaço de terra para plantar o feijão que eu sempre plantei lá em Santana”. (diálogo em 04/05/07). Por outro lado, vê outros benefícios que garantem sua permanência em São Luís, como o fato de ter boas escolas para os filhos, comparada à escola de Santana.

Já foi meio ruim [quando trabalhava em barcos], tá num movimento melhor, **dá pra mim ganhar meu dinheirinho aqui todo dia, a hora que eu sair pra pescar, tô com dinheiro no bolso**, né, então já tem uma melhora pra meus filhos, né, hoje eles estudam numa escola, numa escola boa, que e por isso eu agradeço graças a deus que tem essa **beirada com uma riqueza de peixe**, eu não tô bem de vida, mas é uma benção pra mim que hoje em dia a minha família, mora hoje metade em São Luís... Então, pra mim hoje aqui tá bom demais, no interior tudo era longe [porto], era mais dificuldade também e aqui tá muito melhor.(Catarino em 30/06/07).

O que se ressalta nos depoimentos é a possibilidade de obter recursos monetários diariamente com a venda do pescado. A proximidade do mercado e o que classifica como *uma beirada com uma riqueza de peixe* são os dois fatores que, articulados, se transformam na base das estratégias de sobrevivência da família. No local de origem os peixes poderiam até ser maiores, o que se depreende quando o interlocutor fala sobre os instrumentos do trabalho, mas as áreas de pesca eram distantes das moradias e não havia mercado para o pescado. Ou seja, existia a *beira*, mas o pescador estava apartado dela e, por outro lado, os consumidores eram também produtores, de modo que não adquiriam o pescado em suas mãos. Na cidade, ao

contrário, sua habilidade tem grande valor, na medida em que há uma demanda pelos produtos que poucos sabem capturar.

Seu Catarino percebe bem a diferença entre ser pescador em São Luís e ser pescador em Santana de Caboclos. É flagrante em seus depoimentos a ênfase ao fácil acesso aos recursos marítimos para realizar-se como pescador. Reafirma sempre as vantagens da proximidade de sua casa ao *igarapé* em São Luís em contraposição à distância do *igarapé* em Santana, situado muito *longe*, nos povoados vizinhos Perizinho e Itapuáua. Além disso, menciona seguidas vezes a maior facilidade em obter recursos monetários da venda do seu pescado. Em São Luís, conforme já observamos, nosso interlocutor não necessita investir muito para vender seu produto, bastando-lhe uma balança para pesar o peixe, um carro de mão, onde carrega seu produto, usando-o ‘como uma banca’ na feira, caixa de isopor e gelo, que compra e também produz domesticamente em sua geladeira. Seu investimento maior é com a própria atividade de pesca, para a qual necessita de várias de redes e de outros instrumentos, além da canoa. Como possui todos esses equipamentos, segundo ele adquiridos aos poucos, sendo que alguns já possuía quando morava no interior, consegue um grau considerável de autonomia para afirmar-se como produtor autônomo.

Na relação com o mercado, a unidade familiar aciona como estratégia econômica não fazer parte da feira organizada do bairro, aos sábados, a cada quinze dias, para o que é exigido o pagamento de uma taxa. Sendo assim, prefere não vender nesse dia, indo pescar apenas se for vender no domingo; caso contrário, fica livre no final de semana, por opção, embora já tenha declarado que, no período de pouca produção, trabalha inclusive aos domingos. E a outra estratégia é não adquirir barraca na feira permanente, que acontece diariamente, o que exigiria o pagamento de uma taxa mensal de R\$50,00 (cinquenta reais), preferindo comercializar na calçada da avenida próxima à feira. Assim o pescador, ao invés de se submeter à lógica do mercado, se impõe a este.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão empreendida até aqui leva considerar a existência de múltiplas estratégias de reprodução da unidade familiar estudada, relacionadas a uma rede de relações referidas à fronteira étnica. Há uma conexão muito estreita entre a diversidade de povoados do *território étnico* de Alcântara, o que levava sempre meu interlocutor a dizer: “é só uma coisa só, só muda o nome”, referindo-se a Santana de Caboclos, Perizinho, Peroba de Cima, Itapuaua e Esperança. Essa rede de parentes e povoados, se atualiza dinamicamente entre o interior e São Luís, constituindo-se numa extensão das relações vividas no *território étnico*.

Essa rede se situa entre a família estudada e o seu meio social total (Both, 1976, p.110) e, certamente, “o sistema econômico e ocupacional, a estrutura das instituições formais, a ecologia das cidades e muitos outros fatores afetam a conexidade das redes, limitando e configurando as decisões que a família possa vir a tomar”(Both, 1976, p.109/110). Assim, procurei demonstrar de que modo as estratégias de reprodução da família de seu Catarino estão ancoradas em São Luís e no interior. O estudo tentou desvelar as relações de reciprocidade com parentes, vizinhos e compadres; tanto econômicas quanto religiosas integram a complexa organização social da família e dos parentes de Catarino Ferreira,

vinculando os que estão em São Luís e em Santana e vizinhança, sugerindo diversos planos de organização (Geertz, 1967).

Assim, tratei de descrever as estratégias acionadas pela unidade familiar, reforçando a tese de que seu Catarino visa manter a autonomia que caracterizava o seu modo de vida no povoado, na qual a diversificação de atividades, como o cultivo, a pesca, a caça e o extrativismo caracterizam a economia camponesa. A descrição dessas estratégias deixou claro que, apesar de estar submetido, em São Luís, à lógica do mercado consegue muita independência, manipulando a atividade da pesca no novo ambiente. Constatei, assim, que foi no meio urbano que o pescador se realizou como tal, pelo favorecimento do meio físico, já que encontrou um nicho ecológico muito próximo de seu local de residência, e foi também na cidade que garantiu escolas melhores para os filhos.

Outro aspecto que o estudo demonstrou foi que a autonomia conquistada termina fortalecendo os que permanecem no interior, na medida em que parentes vêm para a capital em busca de alternativas de renda financeira, às vezes momentaneamente e outras de caráter mais permanente, sendo que o processo inverso também foi registrado pela pesquisa.

Em São Luís, seu Catarino encontrou o lugar, que para ele é ideal para viver da pesca, no entanto, ele já tem conhecimento de que, brevemente, e será remanejado, quando será alcançado por um política pública ligada ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal. Ainda não foram informados quando sairão, assim como todas as famílias que residem na Rua dos Veleiros, em virtude de uma ação oficial do estado do Maranhão. Segundo informações do jornal O Imparcial, tal projeto pretende construir uma via rodoviária ligando os bairros da Camboa ao do Caratatiua e, segundo se sabe, os moradores das palafitas serão relocados para prédios de apartamentos. Segundo seu Catarino eles ainda não foram informado de nada, apesar de técnicos já terem realizado medições nas residências e afixado uma espécie de carimbo, com o *slogan* do projeto: “Projeto Rio Anil – uma maré de cidadania”, que tive a oportunidade de observar durante o trabalho de campo.

Diante dessa situação, não é possível prever como ficará a família, uma vez que ele perderá seu *nicho ecológico* ou terá dificultado o acesso ao *igarapé*.

Por ora, o que o estudo permitiu registrar foi a mobilização, sobretudo pelo chefe da família, de uma série de estratégias, no meio urbano, para tirar partido da instalação de sua moradia em um nicho ecológico que lhe permite, a um só tempo, reproduzir-se como pescador e manter-se como integrante do grupo de origem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. **Laudo Antropológico – Identificação das Comunidades Remanescentes de Quilombos em Alcântara – MA**, Museu Nacional-UFRJ, Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**. Vol. Brasília: MMA, 2006.

_____. Mapa elaborado para fins de perícia antropológica determinada pela Procuradoria Geral da República. 2006

_____. **A ideologia da decadência –leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão**. São Luís: IPES, 1983.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BARTH, Fredrik. "Ecologic relationships of ethnic groups in Swat, North Pakistan. In: MURPHY, Robert F. (ed.) **Selected papers from the American Anthropologist 1946-1970**. Washington: American Anthropological Association, 1976. p 238-248.

BOURDIEU, Pierre. **A Identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região**. In: O poder simbólico. 3ªed.Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 4ªed.Campinas, SP: Papius, 2003.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Introdução a uma sociologia reflexiva**. In: O poder simbólico. 3ªed.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, CHAMBOREDON & PASSERON, Pierre; Jean-Claude e Jean-Claude. **A profissão de sociólogo – preliminares epistemológicas**. 3ªed. Petrópolis; Vozes, 2002.

BOTH, Elizabeth. **Família e rede social**. Rio de Janeiro; Francisco Alves, 1976.

BERREMAN, Gerald. Por detrás de muitas máscaras. In: **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

CARDOSO, Maria Suely Dias. **Produção de Alimentos e Cultura Alimentar: Avaliação das formas de obtenção e consumo de alimentos em Santana de Caboclos, Maranhão**. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPQ. São Luís.Grupos de Estudos Rurais e Urbanos. Mimeo. 2005.

CARDOSO, Ruth...'et al'. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO Ruth (org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

CARVALHO, Maria Michol Pinho de. **Matracas que desafiam o tempo:é o bumba-meu-boi do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 1995.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**.Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMATTA, Roberto. **O ofício do etnólogo, ou como ter “anthropological blues”**. In: Edson de Oliveira Nunes (org). A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo. Ática, 1983.

DUARTE SILVA, Ana Lúcia. **De Matadouro a Liberdade:** a forma histórica-cultural de um bairro de São Luís. São Luís, 1997. mimeografado.

DURHAM, Eunice et al. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO Ruth (org.). **A aventura antropológica. teoria e pesquisa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

Espírito Santo, José Marcelo. **São Luís: uma leitura da cidade.** São Luís: Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade, 2002.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FRANCO, Mariana Pantoja. **Os Miltons: história regional, trajetória familiar e identidade social na Amazônia.** São Luis: MA, 1995. Projeto de Doutorado. Mimeografado.

FERREIRA, Carla Georgia e RODRIGUES, Fernanda Lopes. **Estreitando fronteiras: territorialidade e identidade no boi de zabumba.** Não publicado.

FERREIRA, Carla Georgia Silva. **Bumba meu quilombo: o festival de bumba boi de zabumba em São Luís.** 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais), - Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2006.

FERRETTI, Sérgio F. Sincretismo, religião e culturas populares. In: **Ciências Humanas em Revista** v.2, n.1, p.101-114, São Luís: EDUFMA, 2004.

FERNANDES, Carlos Aparecido. **Deslocamento Compulsório de Trabalhadores Rurais: O Caso do Centro de Lançamento de Alcântara – Maranhão**, São Luís, mimeografado, 2001, p 1-27.

GALESKI, Boguslaw. Problemas sociológicos de la ocupación de los agricultores. In Teodor Shanin. **Campesinos y sociedades campesinas.** México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

GEERTZ, Clifford. **Form and Variation in Balinese Village Structure,** In: Potter, J. M. Diaz e Foster G. (Eds.) **Peasant Society: a reader.** Boston: Little Brown, 1967.

GOMES e CARDOSO, Maria Suely Dias. Apropriação e manejo de recursos naturais em Santana de caboclos, terra de santíssimo. In: ANDRADE, Maristela de Paula e SOUZA FILHO, Benedito de.(orgs.) **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara.** São Luís:EDUFMA, 2006.

RELATÓRIO DE PESQUISA. GOMES, Antonio Marcos. Produção de Alimentos e Cultura Alimentar: Avaliação das formas de obtenção e consumo de alimentos em Santana de Caboclos, Maranhão.. São Luís. Grupos de Estudos Rurais e Urbanos. Mimeografado. 2004.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: MERLLIÉ, Dominique et al **Iniciação à prática sociológica.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998

LEWIS, Oscar. **Los hijos de Sánchez: autobiografía de una familia mexicana.** México, Joaquín Mortiz. 1965.

LINHARES, Luiz Fernando do Rosário. **Terra de Preto e terra de santíssima: da desagregação dos engenhos á formação do campesinato e suas novas frentes de luta.** (Dissertação de Mestrado). São Luís: UFMA, 1999. Mimeografado.

LINHART, Robert. **Lenin, os camponeses, Taylor – ensaio de análise baseado no materialismo histórico sobre a origem do sistema produtivo soviético.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

LIMA, Carlos de . Boi de zabumba. In: **Boletim da Comissão Maranhense de Folclore.** nº05, jun 96, p.03.

LOPES, Antônio. **Alcântara - subsídios para a história da cidade.** 2ed. São Paulo: Siciliano, 2002.

LUZ SILVA, Lindimberge da. **Quilombolas entre Alcântara e São Luís.** 2007. Monografia(Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARTINS, Cynthia Carvalho. **Os trabalhadores rurais de Alcântara: a transformação de um campesinato de Terras de uso comum em campesinato parcelar,**1994. Monografia(Graduação em Ciências Sociais)- Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1994.

MARTINS, José de Souza. **As coisas no lugar: da ambiguidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo.**In: Introdução a Sociologia rural. São Paulo. HUCITEC, 1986, pp.11-38.

MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: **Capitalismo e Tradicionalismo.** São Paulo. Livraria Pioneira Editora: 1975, pp.43-50

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: Cosac&Naify, 2003.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Àtica, 1988.

NORONHA, Raquel Gomes. **No coração da Praia Grande: representações sobre a noção de patrimônio na Feira da Praia Grande**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais ,Universidade Federal do Maranhão, São Luís,2007.

OLIVEN, Ruben George. **A antropologia de grupos urbanos**.5ª ed.Petropolis: Vozes, 2002.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e as fronteiras da antropologia. In: **Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**. Nº 1, pp.91-101, Niterói: EdUFF, 1995.

PAULA ANDRADE, Maristela de. Expropriação de grupos étnicos, crise ecológica e (in)segurança alimentar- problematizando as noções de fome e pobreza. **Revista Pós Ciências Sociais**,Universidade Federal do Maranhão, programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, v.2, n.4, 2005. São Luís: EDUFMA, 2005.

_____. **Terra de Índio: identidade étnica e conflito em terras de uso comum**. São Luís:EDUFMA/Mestrado em Políticas Públicas, 1999.

_____. **A hegemonia norte-americana: como se manifesta no Brasil no setor aeroespacial**. 2001,p. 1-8 ,São Luís,Mimeografado.

_____.De pretos, negros, quilombos e quilombolas – notas sobre a ação oficial em áreas tidas como de remanescentes de quilombos. In: **Boletim Rede Amazônia**. Ano 2, nº1, Rio de Janeiro, 2003. pp.37-43.

PAULA ANDRADE, Maristela de e SOUZA FILHO, Benedito.(orgs.). **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006.

PLOEG, Jan Douwe van der. Sistemas de conocimiento, metáfora y campo de interacción: el caso del cultivo de la patata en el altiplano peruano. In: Viola Andreu (comp.) **Antropología del desarrollo. Teorías y estudios etnográficos en América Latina**. Barcelona. Paidós: 2000, pp. 359-383

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís: 1612-1991**. São Luís: FUNC, 2001.

SÁ, Laís Mourão. **O pão da terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2007.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **Trajano: a difícil relação entre projetos espaciais, definição de territórios e manejo de recursos naturais**. In: ANDRADE, Maristela de Paula e SOUZA FILHO, Benedito de.(orgs.) **Fome de Farinha: deslocamento compulsário e insegurança alimentar em Alcântara**.São Luís: EDUFMA, 2006.

SAHLINS, Marshall D. **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1970.

SANTOS, Murilo - **Terras de Quilombos- uma dívida histórica-** documentário sobre as comunidades negras rurais de Alcântara-MA, vídeo 52min. São Luís, ABA, 2003.

SANCHES, Abmalena Santos. **Capricho do povo: estudo sobre o bumba-meu-boi da Madre Deus**. Monografia de conclusão de curso de graduação em Ciências Sociais- UFMA. São Luís.1997.

SILVA, Flávio Pereira da. **A comunidade dos pretos do Castelo**. Dissertação apresentada ao PPGCS UFMA. São Luís.2005.

SILVA, Elizeu Oliveira Cardoso e. **Pobreza urbana em São Luís na área palafitada da Camboa**. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Geografia),2002 - Universidade Federal do Maranhão. São Luís,2002.

SILVA, Virgínia Ferreira da. **Migração e redes sociais: trajetórias, pertencimentos e relações sociais de migrantes no interior de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), - Universidade Federal do Rio de Janeiro:, IFCS, 2006.

SILVA, Cláudia Nunes; LUZ SILVA, Lindimberge; ROCHA, Jailson Galvão. **O boi de zabumba vem de barco à vela**. Texto não publicado.

SOUZA FILHO, Benedito. Alcântara: acción estatal, hegemonia y tecnologia étnica. In: Diálogos Latinoamericanos, N°7. Dinamarca: Universidad de Aarhus, 2003.

SHANIN, Teodor. **Una família campesina rusa a principios de siglo**. In Teodor Shanin. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Econômica, 1979.

SHIRAIISHI, J. **Relatório de pesquisa jurídica sobre a terra de preto denominada Santana ou Santana dos Caboclos, Alcântara/MA**. Fundação Palmares/MINC/Mestrado em Políticas Públicas (UFMA). São Luís, 1998.

THOMAS, Willian y ZNANIECKI, Florian. **Una família campesina polaca**. In Teodor Shanin. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Econômica, 1979.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária** – estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro. Zahar Ed. 1972.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura - notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. 3ªed. São Luís: AML/ALUMAR, 1999.

WEBER, Max. **Comunidades étnicas**. In: Economia y Sociedad – esbozo de sociología comprensiva. México:Fondo de Cultura Económica, 1972.

WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: Feldman-Bianco, Bela & Ribeiro, Gustavo Lins(orgs.). **Antropologia e Poder: Contribuições de Eric R. Wolf**. Editora Unb: Imprensa oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003. pp. 73-91

_____Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: pp. 93-114

_____Tipos de campesinato latino-americano:uma discussão preliminar. In: Feldman-Bianco, Bela & Ribeiro, Gustavo Lins(orgs.) In: op. cit. Pp. 117- 144

_____Comunidades camponesas corporadas fechadas na Mesoamérica e em Java Central. In: Feldman-Bianco, Bela & Ribeiro, Gustavo Lins(orgs.) In: op. cit. Pp 145- 164

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres** – colonos do sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo-Brasília: Hucitec-Edunb, 1995.

XIMENES, Sérgio. Dicionário da língua portuguesa. São Paulo:Ediouro, 2001.

JORNAL O IMPARCIAL. **Urbanização e saneamento para àrea do Rio Anil** dia 03 de março de 2008.

ENTREVISTA realizada por: Ana Luiza . Carvalho da Rocha, Luiz Eduardo R. Achutti e Sophie Chevalier. **‘Qual é a antropologia do parentesco e da família no século XXI?’ um diálogo franco e brasileiro com Martine Segalen.**

Revista temática Horizontes Antropológicas –Natureza e Cultura.Publicação do programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS.Porto Alegre, ano 7, n.16 dezembro 2001.

Cardoso, Maria Suely Dias.

Só vivo da pesca: estratégias de reprodução de famílias camponesas no meio urbano – entre Alcântara e São Luís, Maranhão/ Maria Suely Dias Cardoso – São Luís, 2008.

93 f.

Impresso por computador (fotocópia)

Orientadora: Maristela de Paula Andrade.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós – Graduação em Ciências Sociais, 2008.

1. Camponeses – Maranhão – Relações Sociais 2. Territórios étnicos 3. Grupos étnicos.

I. Título CDU 316.47-058 (812.1)